




Secretaria Municipal de Assistência Social

EDITAL DE LICITAÇÃO 003/2026

Concorrência Eletrônica 003/2026	 Data de Abertura: 27 de março de 2026  Horário: 09h00min (horário de Brasília)  Local: https://licitanet.com.br/
---	---




FUNDAMENTO LEGAL	Licitação regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pela Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, pelo Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, pelo Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, pelo Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, pelo Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, pela Portaria MCID nº 1416/2023, pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32, de 04 de junho de 2024, pelo Termo de Compromisso nº 987492/2025/MCIDADES/CAIXA, pelos decretos municipais vigentes, pelas condições deste Edital e seus anexos e demais normas aplicáveis.
OBJETO	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais térreas, vinculadas ao Programa FNHIS Sub 50, no Município de Maracumé – MA, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos integrantes deste Edital.
VALOR ESTIMADO	₹ R\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil reais).

Modo e Tempo de Disputa

O certame será realizado na forma do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o **modo de disputa aberto**. Na primeira etapa, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada por 2 (dois) minutos sempre que houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

SRP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
---	--	---	--

Regime de Execução Empreitada por Preço Global	Tipo de Licitação Menor Preço	Forma de Adjudicação Global
--	---	---------------------------------------

Pedidos de esclarecimentos  Até 18 de março de 2026  E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com	Impugnações  Até 18 de março de 2026  E-mail: maracacumelicitacao@gmail.com
--	---

Disponibilização do Edital

O edital estará disponível gratuitamente:

- No **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**
- No site do Município: www.maracacume.ma.br
- No Portal **Licitanet**: <https://licitanet.com.br>
- Presencialmente na sede da Prefeitura Municipal de Maracumé - MA, situada na Avenida Dayse de Sousa, s/nº, Centro, mediante apresentação de mídia digital.

A licitação será realizada em sessão pública eletrônica, por meio do sistema Licitanet, conduzida pelo **Agente de Contratação** designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Assistência Social

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA	5
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
6. DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	9
9. DOS RECURSOS	14
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
Anexo I - Modelo de Proposta de Preços	18
Anexo III – Modelo da Declaração de Vistoria do Local de Execução dos Serviços	21
Anexo IV – Modelo da Declaração de Não Vistoria do Local de Execução dos Serviços	22
Anexo V – Modelo da Declaração que não Emprega Menor de Idade, Salvo na Condição de Aprendiz	23
Anexo VI – Modelo da Declaração de Reserva de Cargos	24
Anexo VII - Minuta do Contrato Administrativo	25
Anexo VIII – Projeto Básico	32
Apêndice A – Memorial Descritivo	55
Apêndice B - PO - Planilha Orçamentária	57
Apêndice C - Quadro de Composição do BDI.....	65
Apêndice D - Cronograma Previsto PLE	67
Apêndice E - CFF - Cronograma Físico Financeiro	68
Apêndice F - QCI - Quadro de Composição do Investimento	69
Apêndice H - Pavimentação	71
Apêndice I - Projeto Arquitetônico	72
Apêndice J - Destino das Águas	73
Apêndice K - Plantas	74
Apêndice L - Instalações Elétricas	75
Apêndice M - ART CREA-MA	80

Secretaria Municipal de Assistência Social

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

O Município de Maracáçumé – MA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, dos decretos municipais aplicáveis e demais legislações pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Edital. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social no Município de Maracáçumé – MA, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos que integram este Edital. As obras e serviços deverão ser executados em conformidade com os projetos e especificações técnicas constantes dos anexos, com observância às normas da ABNT e à legislação aplicável, sendo tais documentos parte integrante do futuro contrato.

1. DO OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais destinadas à provisão habitacional de interesse social no Município de Maracáçumé – MA, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, com recursos do Novo PAC, conforme Termo de Compromisso nº 987492/2025/MCIDADES/CAIXA e Projeto Básico anexo.
- 1.2 Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
- 1.3 Local: Portal de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1 Poderão participar desta Concorrência, os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).
- 2.2 A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 2.6 Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2 cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;
 - 2.6.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.5 em falência;
 - 2.6.6 em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação; ou em liquidação; é permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.
 - 2.6.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função

Secretaria Municipal de Assistência Social

- na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.11 agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio tendo em vista a discricionariedade administrativa a baixa complexidade e o pequeno vulto do objeto;
- 2.6.13 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.14 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 2.6.15 empresa que não comprove registro ou inscrição regular junto ao CREA ou à CAU, conforme exigido neste Edital.
- 2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.
- 2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.3 e 2.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10 O disposto nos itens 2.6.3 e 2.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei federal nº 14.133/2021.
- 2.12 A vedação de que trata o item 2.6.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2 Os licitantes enviarão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br>), a proposta contendo a "DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO," que inclui a QUANTIDADE e o PREÇO. É vedada a identificação do titular da proposta. A submissão da documentação deve ser feita até o horário limite de início da Sessão Pública, no horário de Brasília, unicamente por meio do Sistema Eletrônico. Após esse prazo, a etapa de envio será encerrada automaticamente.
- 3.3 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4 A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 3.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.
 - 3.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 e 3.5 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 3.10.1 valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço global.
- 3.11 Caberá à licitante interessada em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12 A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.13 No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação/Comissão, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- 4.1 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Portal Licitanet, dos seguintes campos:
 - 4.1.1 Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico, o proponente deverá postar apenas o Valor Global.
- 4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.
- 4.3 O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.
- 4.4 O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.5 É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.
- 4.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.10A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

Secretaria Municipal de Assistência Social

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor global da contratação.

5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 5.000 (cinco mil reais).

5.10 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11 O procedimento licitatório adotará o modo de disputa aberto, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observadas as regras estabelecidas neste Edital.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

5.15 No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17.1 A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.2 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 5.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.
- 5.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.1.3 desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.1.4 desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado do Maranhão;
- 5.18.2.2 empresas brasileiras;
- 5.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.18.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.18.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.18.6 O Agente de Contratação solicitará à licitante mais bem classificado que, no prazo determinado no item 6.2, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.18.7 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.
- 5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do valor estimado pela Administração, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6. DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA

- 6.1 A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail e dados bancários (banco, agência e conta bancária), na forma do Anexo I.
- 6.2 Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até às 13 (treze) horas, do dia útil subsequente após a convocação do Agente de Contratação.
- 6.3 Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente devidamente identificado.
- 6.4 A proposta deverá ser apresentada de acordo com o Anexo I deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:
- 6.4.1 Os valores da proposta deverão ser apresentados com duas casas decimais após a vírgula, com a seguinte regra de arredondamento: se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 0 e 4, o segundo dígito após a vírgula não é alterado; se o terceiro dígito após a vírgula estiver entre 5 e 9, o segundo dígito após a vírgula é arredondado para cima.
- Validade por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data fixada para o recebimento da proposta;
- 6.4.2 Declaração do representante legal do proponente de que o preço proposto compreende a todos os serviços, materiais e encargos necessários à completa realização do serviço e sua entrega rematada e completa em todos os pormenores mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

Secretaria Municipal de Assistência Social

6.4.3 Do vencedor serão solicitados os seguintes documentos para continuidade do julgamento:

- a) Planilha orçamentária ajustada ao preço final, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, nos termos do anexo deste Edital;
- b) Planilha de composição de quantitativos e preços unitários, com preços em real, de todos os itens presentes na planilha orçamentária, demonstrando todo o consumo e índices de produtividade dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada, apresentada em via digitalizada ou PDF com assinatura eletrônica, respeitado o teto máximo de preços unitários e totais, nos termos da Súmula 258 do TCU;
- c) Cronograma físico-financeiro, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos, apresentado em via digitalizada ou PDF com assinatura eletrônica;
- d) Planilha de composição do detalhamento do BDI e encargos sociais, detalhando todos os seus componentes, inclusive percentual, em via digitalizada ou PDF com assinatura eletrônica, respeitado o teto máximo de preços unitários e totais, nos termos da Súmula 258 do TCU;
- e) Carta proposta ajustada ao preço final, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local, data e a declaração de que o prazo de garantia total dos serviços executados contra quaisquer defeitos de material e/ou serviços, pela solidez e segurança do trabalho realizado, não é inferior a 5 anos, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do termo de recebimento definitivo, bem como a assinatura do respectivo representante legal;

6.4.4 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou quaisquer outras condições não previstas neste Edital.

6.4.5 Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.2.1 Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condição de participação.

7.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado pela Administração para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.5.1 conter vícios insanáveis;
- 7.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico e seus anexos;
- 7.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do valor estimado pela Administração;
- 7.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6 No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (Setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 7.6.1.1 que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 7.6.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, além das disposições anteriormente previstas neste Edital, a análise de exequibilidade da proposta e de eventual sobrepreço observará os seguintes critérios:
- 7.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.7.2 No regime de Empreitada por preço global, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.
- 7.8 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, quando a proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional correspondente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta esse item está correto.
- 7.9 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ela elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9.1 Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora e será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Os documentos previstos neste edital, Projeto Básico, e seus anexos são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 2021, conforme abaixo:
- 8.1.1 Habilitação jurídica¹
- 8.1.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.1.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.1.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.1.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.1.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil

¹ Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Secretaria Municipal de Assistência Social

das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

- 8.1.1.6 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 8.1.1.7 Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta comercial, das declarações constantes neste edital e do contrato social; se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao responsável pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.
- 8.1.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista
- 8.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 8.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.1.2.3 Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014.
- 8.1.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 8.1.2.5 Prova de regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual;
- 8.1.2.6 Certificado de Regularidade junto ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal (Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990);
- 8.1.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.1.2.8 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.
- 8.1.3 Qualificação técnica operacional e profissional
- 8.1.3.1 **Qualificação Técnica Operacional (Empresa)** - A licitante deverá comprovar a capacidade técnico-operacional da empresa na execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.3.1.1 Comprovar o registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em situação regular e vigente na data da apresentação dos documentos de habilitação, mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.
- 8.1.3.1.2 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços considerados de maior relevância técnica para o objeto da licitação, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do quantitativo total previsto no orçamento², conforme quadro abaixo:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Quantidade	Quantidade Mínima (30%)
01	Execução de estrutura de concreto armado (sapatas, vigas, pilares e lajes)	m³	36,00 m³ (estimado global)	10,80 m³
02	Execução de alvenaria de vedação em blocos cerâmicos	m²	1.200,00 m² (estimado global)	360,00 m²
03	Execução de cobertura com telha cerâmica ou similar	m²	1.080,00 m² (estimado global)	324,00 m²

² Consideram-se parcelas de maior relevância técnica aquelas que impactam diretamente a estabilidade estrutural, segurança e desempenho da edificação escolar, conforme definido no Projeto Básico.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 8.1.3.1.3A atestação técnica poderá ser apresentada em um ou mais atestados, admitindo-se o somatório dos quantitativos para atendimento às exigências do edital.
- 8.1.3.1.4O Agente de Contratação poderá realizar diligência junto à empresa licitante ou à entidade emissora do atestado para averiguar a veracidade das informações apresentadas, podendo os envolvidos responder administrativa, civil e penalmente pelas informações prestadas.
- 8.1.3.1.5Os atestados apresentados estarão sujeitos à verificação quanto à sua autenticidade e legitimidade.
- 8.1.3.1.6Apresentar declaração formal de que dispõe, ou disporá quando da execução contratual, dos equipamentos necessários à realização dos serviços objeto da contratação, em perfeitas condições de uso.
- 8.1.1.1.1 **Qualificação Técnico-Profissional (Profissional):** A comprovação da capacidade técnica dos profissionais da licitante dar-se-á conforme o art. 67, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. O profissional indicado deverá participar da execução do objeto da licitação, sendo admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração e que atenda às mesmas exigências deste Edital.
- 8.1.1.1.2 Comprovar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da licitante, em situação regular e vigente, sendo inválido o documento que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.
- 8.1.1.1.3 Comprovar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) de seus responsáveis técnicos. A licitante deverá indicar, no mínimo, 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Arquiteto e Urbanista³, legalmente habilitado, com atribuições profissionais compatíveis com a execução de edificação em concreto armado, nos termos do Projeto Básico.
- 8.1.1.1.4 Apresentar atestado(s) de responsabilidade técnica em nome do profissional indicado, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de obra(s) de edificação em concreto armado ou alvenaria estrutural, compatível(is) com o objeto da presente licitação, tais como:

Execução de estruturas de concreto armado, incluindo fundações, vigas, pilares, baldrames ou lajes;

Execução de alvenaria de vedação em edificações, em bloco cerâmico, bloco de concreto ou material equivalente;

Execução de estrutura e cobertura de edificações, utilizando telha cerâmica, fibrocimento ou material similar;

Execução de serviços de acabamento interno e externo em edificações, incluindo chapisco, emboço, reboco, revestimentos cerâmicos, pintura ou textura.

Execução de instalações elétricas prediais e instalações hidrossanitárias em edificações.

- 8.1.1.1.5O referido profissional pode ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente da empresa licitante, na condição de empregado ou de prestador de serviços. Comprova, obrigatoriamente, sua vinculação com a licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, ou declaração de contratação futura em caso de ser vencedor do certame, conforme o caso.
- 8.1.1.1.6Apresentar Termo de compromisso de participação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), por meio de declaração de que o(s) mesmo(s) participará(ão) dos serviços objeto desta licitação, dispensado o reconhecimento de firma, salvo em caso de fundada dúvida quanto à autenticidade do documento, hipótese em que poderá ser realizada diligência nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1.1.7Não são admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

³ Não será exigida, para fins de habilitação, a indicação obrigatória de profissionais das áreas de engenharia elétrica ou engenharia mecânica, podendo tais especialidades ser requeridas na fase de execução contratual, quando tecnicamente justificadas.

Secretaria Municipal de Assistência Social

8.1.1.1.8 Apresentar Declaração de que dispõe de pessoal técnico para o(s) qual(ais) apresentou proposta.

8.1.1.2 Indicação de Pessoal Técnico, Instalações e Equipamentos

8.1.1.2.1 Apresentar indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo relacionada:

Item	Formação	Área	Função
01	Superior Pleno	Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo, com experiência em obras de edificação pública ou similar	Responsável Técnico ⁴ pela Coordenação, Execução e Acompanhamento da Obra

8.1.1.2.2 Caso a empresa ou o responsável técnico não possuam registro no CREA/CAU do Estado do Maranhão, deverá ser apresentado o respectivo visto por ocasião da assinatura do contrato.

8.1.1.2.3 São aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.1.1.2.4 Os profissionais indicados pela licitante na forma dos subitens 8.1.1.2.1 e 8.1.3.1.1.1 participam da obra ou serviço objeto da licitação, e é admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.1.1.2.5 Na documentação de que trata o subitem 8.1.3.1.1.1, não são admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.1.1.3 Apresentar declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1.1.4 Termo de compromisso de participação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), através de declaração de que o(s) mesmo(s) participará(ão) dos serviços objeto desta licitação, com firma reconhecida em cartório.

8.1.1.5 Apresentar Atestado de visita técnica expedido pelo município de Maracáçumé; ou Declaração de que a empresa optou por não realizar visita ao local de execução dos serviços, assumindo todo e qualquer risco por esta decisão.

a) VISITA TÉCNICA: Na oportunidade da visita, os interessados podem conhecer detalhadamente o local da obra, obtendo esclarecimentos, cópia de documentos, bem como podem apresentar questionamentos; quando é fornecido pelo Município de Maracáçumé Atestado de Visita Técnica, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para a execução dos serviços.

b) A visita não é obrigatória, mas aquele que optar por não a realizar firma, através de qualquer profissional designado pela licitante, termo de que tem ciência das condições para execução do serviço, assumindo expressamente as consequências do ato, e que não alegará posteriormente desconhecimento das informações e condições locais. O município sugere que a declaração seja preenchida conforme modelo contido no anexo deste edital, entretanto, não será inabilitada a licitante que apresentar documento diverso, desde que contenha a manifestação de conhecimento das condições inerentes à realização do serviço. As visitas são previamente agendadas através do telefone 91 98523-1456, para ocorrer até o dia útil anterior à data da licitação, em Maracáçumé - MA, de acordo com a disponibilidade do corpo de colaboradores do município e em horários e datas compatíveis com as demais visitas agendadas.

8.1.2 Qualificação econômico-financeira

8.1.2.1 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

⁴ O profissional indicado deverá possuir registro regular no CREA ou no CAU, conforme o caso, com atribuições compatíveis com a execução de obra de edificação em concreto armado.

Secretaria Municipal de Assistência Social

8.1.2.1.1 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.1.2.1.2 Fica vedada a substituição do Balanço, por Balancetes ou Balanços provisórios.

8.1.2.2 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante

8.1.2.3 Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, no Balanço Patrimonial, comprovação da boa situação financeira da empresa, acompanhados da demonstração do Índice de Liquidez Geral e do Grau de Endividamento, obtidos de acordo com a fórmula a seguir discriminada⁵:

$$\text{Índice de Liquidez Geral: } \frac{AC + RLP}{PC + ELP} > \text{ou} = a 1,00$$

$$\text{Grau de Endividamento } \frac{PC + ELP}{AT} < \text{ou} = a 1,00$$

Nota:

AC – Ativo Circulante

RLP – Realizável a Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível Longo Prazo

AT – Ativo Total

8.1.3 Garantia da proposta

8.1.4a) A licitante deverá prestar garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, equivalente a R\$ 27.300,00.

b) A garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

c) A garantia deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias

d) A garantia será devolvida às licitantes após a homologação do certame, exceto à vencedora, que somente terá a garantia liberada após assinatura do contrato.

8.1.5 Documentos obrigatórios complementares à Habilitação:

8.1.5.1 Apresentar a Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma de um dos modelos anexos do Decreto nº 4.358 de 05/09/02, DOU de 06/09/02. (Anexo V)

8.1.5.2 Apresentar a Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoas com Deficiência - PcD e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e normas específicas. (Anexo VI);

8.1.5.3 Apresentar a Declaração que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

8.1.5.4 Declaração de enquadramento ao disposto no art. 25, § 9º, I da Lei Federal 14.133/21.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1 Na hipótese de a licitante vencedora ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.2.2 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

⁵ A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores, são os usualmente utilizados em todas as licitações deste Órgão. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrente da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 8.2.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente de notas ou pela equipe de apoio, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 8.2.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei federal nº 14.133/2021.
- 8.2.5 Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei federal nº 14.133/2021).
- 8.2.6 Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.2.7 A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.2.8 A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.2.8.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 8.2.8.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.2.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.2.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.2.9.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.2.10 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.2.11 Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2.8.1.
- 8.2.12 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.2.13 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.2.14 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

- 9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:
- 9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2 A manifestação de intenção de recorrer dar-se-á no prazo de 10 (dez) minutos, imediatamente após o término do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 9.3.4 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.
- 9.3.5 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 9.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.6 O recurso terá efeito suspensivo automático quanto aos atos de habilitação e julgamento, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.maracacume.ma.br e <https://licitanet.com.br/>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, especialmente quando:
- 10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5 fraudar a licitação;
- 10.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2 Com fulcro na Lei federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1 advertência;
- 10.2.2 multa;
- 10.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.
- 10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei federal nº 14.133/2021.
- 10.9A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.
- 11.2A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema eletrônico e no sítio oficial do Município no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no autoatendimento do site <https://licitanet.com.br/processos.html>, ou pelo e-mail maracacumelicitacao@gmail.com.
- 11.4As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, ressalvada a hipótese de alteração do Edital que afete a formulação das propostas, caso em que será reaberto o prazo legal.
- 11.5Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Agente de Contratação.
- 12.3Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 12.4A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do município no endereço eletrônico www.maracacume.ma.br (Licitações).
- 12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.11.1 Anexo I - Modelo de Proposta de Preços
 - 12.11.2 Anexo II – Modelo da Declaração de Responsabilidade Técnica
 - 12.11.3 Anexo III – Modelo da Declaração de Vistoria ao Local de Execução dos Serviços
 - 12.11.4 Anexo IV – Modelo da Declaração de Não Vistoria ao Local de Execução dos Serviços
 - 12.11.5 Anexo V – Modelo Da Declaração Que Não Empregada Menor De Idade, Salvo Na Condição De Aprendiz;
 - 12.11.6 Anexo VI – Modelo da Declaração de Reserva de Cargos;
 - 12.11.7 Anexo VII – Minuta do Contrato Administrativo
 - 12.11.8 Anexo VIII – Projeto Básico, contendo:
 - 12.11.8.1 Apêndice A - Memorial Descritivo;
 - 12.11.8.2 Apêndice B – Planilha Orçamentária
 - 12.11.8.3 Apêndice C- Quadro de Composição BDI;
 - 12.11.8.4 Apêndice D- Cronograma Previsto PLE;
 - 12.11.8.5 Apêndice E – Cronograma Físico Financeiro
 - 12.11.8.6 Apêndice F- QCI Quadro de Composição Investimento;
 - 12.11.8.7 Apêndice G - Localização;
 - 12.11.8.8 Apêndice H - Pavimentação
 - 12.11.8.9 Apêndice I- Projeto Arquitetônico;
 - 12.11.8.10Apêndice J - Destino das Águas;
 - 12.11.8.11Apêndice K - Planta;
 - 12.11.8.12Apêndice L - Estrutura FHNIS SUB

Maracumé - MA, 05 de março 2026.

Gessilene Luiz Neres
Secretária Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo I - Modelo de Proposta de Preços

PROPOSTA DE PREÇOS

À

Comissão Permanente de Licitação

Município de Maracumé – MA

REF: Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Apresentamos nossa proposta de preços para a execução das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais térreas, vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, no Município de Maracumé – MA, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

PLANILHA DA PROPOSTA

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Global (R\$)
01	Execução de obra de engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais térreas, vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, no Município de Maracumé – MA.	Serviço	01	R\$ _____

Valor Global da Proposta: R\$ _____

Valor por extenso: _____

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA PROPOSTA

Banco: _____

Agência: _____

Conta Corrente: _____

Praça de pagamento: _____

Contato: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

DECLARAÇÕES

1. Nos preços indicados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, encargos sociais e trabalhistas, tributos, BDI, equipamentos, materiais, transporte, mobilização, desmobilização e demais despesas necessárias à perfeita execução da obra.
2. Declaramos que conhecemos a legislação aplicável à presente licitação e que executaremos os serviços de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
3. Declaramos que foram considerados, na formação dos preços, os valores atualizados decorrentes de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente no município/região da execução dos serviços, assumindo integral responsabilidade por sua correta aplicação. Caso sobrevenha novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo durante o curso do certame, inclusive entre a fase de lances e a homologação, comprometemo-nos a atualizar a planilha de composição de custos quando formalmente convocados pela Administração, limitando-se a atualização exclusivamente às variações obrigatórias decorrentes da norma coletiva superveniente.
4. Declaramos que nenhum direito a indenização ou reembolso será devido caso nossa proposta não venha a ser aceita pela Administração.
5. O prazo de validade desta proposta é de 90 dias, contados da data de abertura da sessão pública.
6. Declaramos que examinamos o Edital, seus anexos e o local de execução da obra, não havendo dúvidas quanto às condições para cumprimento do objeto.
7. Declaramos que não possuímos, em nosso quadro societário ou funcional, agente público do Município de Maracumé, nos termos da legislação vigente.
8. Declaramos pleno conhecimento das condições do local onde os serviços serão executados.

O representante legal que assinará o contrato é:

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Secretaria Municipal de Assistência Social

Estado Civil: _____

Profissão: _____

RG: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade/Estado, _____ de _____ de 2026.

(representante legal da licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Secretaria Municipal de Assistência Social

Licitação: Concorrência Eletrônica nº 003/2026
Procedimento Licitatório nº 013/2026

Em atendimento ao Edital do Procedimento Licitatório nº 013/2026 – Concorrência Eletrônica nº 003/2026, declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, disponibilizará em seu quadro funcional ou demonstrará seu vínculo em conformidade com a legislação vigente, um Engenheiro com registro no CREA, de forma que este será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso essa sociedade empresária proponente seja a vencedora.

Para fins de atendimento desta declaração, a empresa deverá, como condição para assinatura de contrato e para o respectivo início da prestação dos serviços, apresentar o Responsável Técnico e seu registro profissional no CREA, sob pena de inadimplemento contratual e aplicação de demais sanções dispostas em Edital e na legislação vigente.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo III – Modelo da Declaração de Vistoria do Local de Execução dos Serviços

DECLARAÇÃO DE VISTORIA DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Licitação: Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Procedimento Licitatório nº 013/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, através de responsável técnico, _____, em cumprimento ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, DECLARA que, por livre e espontânea vontade e sob total responsabilidade própria, vistoriou o local onde serão executados os serviços objeto da presente Concorrência, tomando plena ciência das condições físicas do local e não encontrando qualquer óbice à execução do objeto.

DECLARA, ainda, que conhece a realidade da localidade abrangida pelo objeto da licitação, que avaliou as necessidades humanas e materiais para a execução dos serviços e utilizou este conhecimento na elaboração de sua proposta comercial, e de ter prévia ciência de que qualquer equívoco oriundo de sua má avaliação dos custos em torno dos serviços não a desobriga em relação ao cumprimento de todos os itens do edital e cláusulas contratuais.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico)

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo IV – Modelo da Declaração de Não Vistoria do Local de Execução dos Serviços

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA E ASSUNÇÃO DE TODOS OS RISCOS INERENTES DO NÃO CONHECIMENTO DAS REAIS CONDIÇÕES DA OBRA

Licitação: Concorrência Eletrônica nº 003/2026

Procedimento Licitatório nº 013/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, através de responsável técnico, _____, em cumprimento ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, DECLARA que, por livre e espontânea vontade, e sob total responsabilidade própria, optamos por não realizar visita técnica ao local da obra, referente à construção das unidades habitacionais no município de Maracatumé – MA, conforme oportunidade previamente disponibilizada pela Administração Municipal.

DECLARA ainda que assume todos os riscos inerentes à não realização da visita técnica, como também que a ausência daquele procedimento não prejudicou a elaboração da Proposta Comercial.

DECLARA não alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento ou fato relativo às condições do local da obra, a qualquer título perante o município de Maracatumé.

Local e data

Assinatura e carimbo
(Responsável Técnico)

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo V – Modelo da Declaração que não Emprega Menor de Idade, Salvo na Condição de Aprendiz

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, Órgão expedidor _____ e do C.P.F. nº _____, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo VI – Modelo da Declaração de Reserva de Cargos

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

A _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, declara para os devidos fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência - PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021.

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo VII - Minuta do Contrato Administrativo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE, localizado na Avenida Dayse de Sousa, s/n, Centro, Maracáçumé - MA, inscrito no CNPJ sob nº, representada neste ato pela Secretária Municipal, a senhora, portador do RG nº, e CPF nº, residente e domiciliado a Rua, Maracáçumé - MA doravante denominada CONTRATANTE; e, de outro lado a, estabelecida à, na cidade de, inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo(a) Senhor(a), portador(a) do RG nº, e CPF nº, residente e domiciliado(a) a, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, instruída no Processo Administrativo nº 013/2026, cujo objeto consiste na execução de obra de engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais térreas no Município de Maracáçumé – MA, vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV – FNHIS Sub 50, conforme especificações constantes no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do Edital, que passam a integrar este instrumento para todos os fins de direito. O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32/2024, pelas normas aplicáveis ao Novo PAC, pelas condições estabelecidas no Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026 e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021)

- 1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais térreas, vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV – FNHIS Sub 50, no Município de Maracáçumé – MA, conforme condições, especificações técnicas, projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais elementos constantes do Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026, do Projeto Básico e de seus anexos.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3. O Estudo Técnico Preliminar;
- 1.4. O Projeto Básico;
- 1.5. O Memorial Descritivo
- 1.6. A Planilha Orçamentária;
- 1.7. O Cronograma Físico-Financeiro;
- 1.8. Edital da Licitação;
- 1.9. A Proposta da Contratada;
- 1.10. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO (arts. 92, inciso V, e 111 da Lei nº 14.133/2021)

- 2.1. O prazo de execução da obra objeto deste contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço expedida pela Administração, observando-se o cronograma físico-financeiro aprovado, conforme estabelecido no Projeto Básico que integra o Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026.
Edital-003
- 2.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de sua assinatura, compreendendo o período necessário à execução do objeto, às medições, ao recebimento provisório e definitivo da obra e ao cumprimento das demais obrigações contratuais.
- 2.3. Os prazos de execução e de vigência poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 111, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, autorização da autoridade competente e formalização por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 92, incisos IV, VII e XVIII, da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1. A execução do objeto deste contrato dar-se-á pelo regime de empreitada por preço global, conforme definido no Edital da Concorrência Eletrônica nº 003/2026 e nos documentos técnicos que integram o processo administrativo.
- 3.2. A execução deverá observar rigorosamente os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes da contratação.
- 3.3. A gestão e fiscalização do contrato serão exercidas por servidor ou comissão formalmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar a execução do objeto, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

Secretaria Municipal de Assistência Social

3.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação de parcelas acessórias ou serviços especializados, desde que previamente autorizada pela Administração, observados os limites e condições estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

4.2. A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto à execução integral do objeto contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO (art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. O valor deste contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, é de R\$ xx,00 (valor por extenso).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, transporte, seguros, equipamentos, materiais e quaisquer outros custos indispensáveis ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado conforme medições dos serviços efetivamente executados, observadas as condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Projeto Básico e nos demais documentos integrantes desta contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data em que se completar o prazo mínimo de 1 (um) ano da data-base do orçamento estimado.

7.2. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.3. Na hipótese de atraso, inexistência ou indisponibilidade temporária do índice previsto, será utilizado o último índice oficialmente divulgado, procedendo-se à compensação financeira quando da divulgação do índice definitivo.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, outro índice oficial que represente a variação dos custos da construção civil, mediante apostilamento, conforme a legislação vigente.

7.5. O reajuste será formalizado por meio de apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Considerando que o prazo de execução da obra é inferior a 12 (doze) meses, conforme previsto no cronograma físico-financeiro integrante do Projeto Básico, o reajuste somente será aplicado na hipótese de prorrogação contratual que ultrapasse o período de 1 (um) ano da data-base do orçamento estimado, devidamente justificada e autorizada pela Administração.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, incisos X, XI e XIV, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Além das obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Edital e nos demais documentos que integram esta contratação, constituem obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme estabelecido neste Contrato, no Projeto Básico, no Edital, na proposta vencedora e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

8.1.2. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução da obra por meio de servidor ou comissão formalmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de imperfeições, falhas, vícios ou irregularidades constatadas na execução da obra ou dos serviços, fixando prazo razoável para a sua correção, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

8.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, determinações da fiscalização ou demais documentos integrantes da contratação.

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização, observadas as condições, prazos e procedimentos estabelecidos neste Contrato, no Projeto Básico e no cronograma físico-financeiro aprovado.

8.1.6. Emitir decisão fundamentada sobre solicitações, requerimentos ou reclamações apresentadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período, nos termos da legislação aplicável.

8.1.7. Analisar e deliberar sobre pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo ou alteração contratual, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.1.8. Providenciar, previamente à emissão da Ordem de Serviço, a liberação da área destinada à execução da obra, bem como as condições administrativas e institucionais necessárias ao regular início dos serviços, quando tais providências forem de responsabilidade do CONTRATANTE.

8.1.9. Proceder ao recebimento provisório e definitivo da obra, na forma prevista neste Contrato, no Projeto Básico e na legislação aplicável, após verificação da conformidade dos serviços executados.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 8.1.10. Manter registro formal das ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive medições, notificações, determinações da fiscalização, comunicações formais e demais documentos relevantes à gestão e fiscalização do contrato.
- 8.1.11. Aprovar, total ou parcialmente, as medições dos serviços executados pela CONTRATADA, com base nos relatórios técnicos elaborados pela fiscalização, observada a conformidade com o cronograma físico-financeiro e com as especificações técnicas do Projeto Básico.
- 8.1.12. Determinar a suspensão ou paralisação dos serviços quando constatadas irregularidades na execução da obra, risco à segurança de pessoas ou bens, descumprimento de normas técnicas ou contratuais, ou quando necessário ao interesse público, mediante comunicação formal à CONTRATADA.
- 8.1.13. Comunicar formalmente à CONTRATADAS quaisquer alterações de projeto, especificações técnicas ou condições de execução que venham a ser determinadas pela Administração, observados os limites e condições estabelecidos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.14. Assegurar à fiscalização do contrato o acesso irrestrito ao canteiro de obras, aos documentos técnicos e aos registros relativos à execução dos serviços, garantindo condições adequadas para o desempenho das atividades de acompanhamento e controle.
- 8.1.15. Solicitar, sempre que necessário, informações, relatórios técnicos, documentos e esclarecimentos relativos à execução da obra, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações contratuais.
- 8.1.16. Comunicar à CONTRATADA, por meio de ordem técnica, notificação ou determinação da fiscalização, quaisquer ajustes operacionais necessários à correta execução da obra.
- 8.1.17. Promover, quando necessário, a articulação com órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos e demais entidades responsáveis por redes ou interferências existentes na área da obra, quando tais providências forem de responsabilidade do CONTRATANTE.
- 8.1.18. Garantir que a execução da obra observe as disposições legais, regulamentares e normativas aplicáveis aos programas financiados com recursos públicos, inclusive aquelas estabelecidas pelos órgãos concedentes ou financiadores.
- 8.1.19. Registrar formalmente, nos autos do processo administrativo ou nos instrumentos de controle da fiscalização, as ocorrências relevantes relacionadas à execução do contrato, inclusive eventuais determinações técnicas, advertências e recomendações emitidas à CONTRATADA.
- 8.1.20. Adotar as providências administrativas necessárias à regular gestão contratual, inclusive quanto à eventual aplicação de penalidades, celebração de termos aditivos ou demais ajustes contratuais, quando cabíveis.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, incisos XIV, XVI e XVII, da Lei nº 14.133/2021)

- 9.1. Além das obrigações estabelecidas no Projeto Básico, no Edital e nos demais documentos que integram esta contratação, constituem obrigações do CONTRATADA:
- 9.1.1. Executar a obra objeto deste Contrato em estrita conformidade com o Projeto Básico, projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis e demais documentos que integram o processo de contratação.
- 9.1.2. Cumprir integralmente as disposições deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da adequada execução do objeto contratado.
- 9.1.3. Manter preposto formalmente indicado e aceito pela Administração no local da obra, com poderes para representá-la na execução do contrato e para receber comunicações da fiscalização.
- 9.1.4. Atender prontamente às determinações emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.
- 9.1.5. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e demais recursos necessários à execução da obra, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas nos documentos da contratação.
- 9.1.6. Utilizar exclusivamente materiais novos, de primeira qualidade e em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas técnicas aplicáveis.
- 9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato, projetos ou especificações técnicas, no prazo fixado pela fiscalização.
- 9.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução da obra, não sendo reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento do contrato.
- 9.1.9. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou circunstância que possa comprometer a execução do objeto ou o cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 9.1.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.11. Cumprir rigorosamente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e as normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis à execução da obra.
- 9.1.12. Fornecer aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários à execução dos serviços, conforme legislação vigente.
- 9.1.13. Manter registro ou inscrição no Conselho Profissional competente (CREA ou CAU), apresentando a respectiva Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT referente à execução da obra, conforme exigido na legislação aplicável.
- 9.1.14. Elaborar e manter atualizado o Diário de Obra, registrando diariamente o andamento dos serviços, número de trabalhadores, equipamentos utilizados, condições meteorológicas, ocorrências relevantes e determinações da fiscalização.

Secretaria Municipal de Assistência Social

- 9.1.15. Permitir e facilitar o livre acesso da fiscalização do contrato, de representantes do CONTRATANTE e de órgãos de controle e fiscalização competentes ao canteiro de obras, aos documentos e registros relacionados à execução do objeto.
- 9.1.16. Manter o canteiro de obras em condições adequadas de organização, limpeza, segurança e disciplina, promovendo a correta destinação de entulhos e resíduos provenientes da execução dos serviços.
- 9.1.17. Responsabilizar-se pela guarda, conservação e vigilância dos materiais, equipamentos e instalações existentes no canteiro de obras durante toda a execução contratual.
- 9.1.18. Submeter previamente à análise e aprovação da fiscalização quaisquer alterações nos métodos executivos, cronogramas ou procedimentos técnicos previstos para a execução da obra.
- 9.1.19. Substituir, sempre que exigido pela fiscalização do contrato, profissionais cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados inadequados ou prejudiciais à execução dos serviços.
- 9.1.20. Não permitir a utilização de trabalho de menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, nos termos da legislação vigente.
- 9.1.21. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, quando aplicável, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, não podendo divulgá-las sem autorização expressa do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- 9.1.23. Arcar com eventuais erros ou omissões no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, exceto quando ocorrerem as hipóteses de alteração contratual previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.24. Cumprir as normas ambientais aplicáveis, promovendo a correta gestão e destinação dos resíduos da construção civil, observando as disposições da Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas pertinentes.
- 9.1.25. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços, bem como por danos causados a terceiros ou ao patrimônio público ou privado em decorrência da execução da obra.
- 9.1.26. Obter, quando exigido pela legislação aplicável, as licenças, autorizações e registros necessários à execução dos serviços, junto aos órgãos e entidades competentes, responsabilizando-se pelo atendimento das exigências técnicas e legais pertinentes.
- 9.1.27. Realizar, às suas expensas, todos os ensaios, testes, verificações e demais procedimentos necessários ao controle de qualidade dos materiais e serviços empregados na obra, sempre que exigidos pelo Projeto Básico, pelas normas técnicas aplicáveis ou pela fiscalização do contrato.
- 9.1.28. Manter, durante toda a execução do contrato, equipe técnica e operacional devidamente qualificada e em quantidade suficiente para assegurar o cumprimento adequado do cronograma físico-financeiro da obra.
- 9.1.29. Providenciar a instalação e manutenção de placa indicativa da obra no local de execução dos serviços, conforme padrões estabelecidos pela Administração, bem como atender às exigências de identificação e publicidade institucional previstas na legislação aplicável ou em eventuais programas de financiamento ou convênios.
- 9.1.30. Promover a adequada sinalização e isolamento das áreas de trabalho, adotando as medidas necessárias para garantir a segurança de trabalhadores, usuários e terceiros durante a execução da obra.
- 9.1.31. Comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer a integridade da obra, a segurança das pessoas ou o regular andamento dos serviços.
- 9.1.32. Executar os serviços observando rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à execução de obras públicas.
- 9.1.33. Responsabilizar-se pela correção de quaisquer defeitos, vícios ou irregularidades constatadas na execução da obra, no prazo fixado pela fiscalização, sem prejuízo das garantias legais e contratuais aplicáveis.
- 9.1.34. Manter, durante todo o período de execução do contrato, comunicação permanente com a fiscalização do CONTRATANTE, prestando informações e esclarecimentos sempre que solicitados.
- 9.1.35. Cumprir integralmente as determinações da fiscalização do contrato, desde que compatíveis com o objeto contratado e com as disposições legais e contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, inciso XII, e art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

- 10.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, podendo optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária. A garantia deverá permanecer válida durante todo o período de vigência do contrato, devendo ser renovada ou revalidada em caso de prorrogação contratual, de forma a assegurar a continuidade da cobertura até o cumprimento integral das obrigações assumidas.
- 10.2. A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela Administração.
- 10.3. A garantia prestada poderá ser utilizada pela Administração para ressarcimento de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual, para pagamento de multas aplicadas à CONTRATADA ou para cobrir eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto.

Secretaria Municipal de Assistência Social

10.4. A garantia será liberada ou restituída após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra, desde que não haja pendências contratuais, débitos ou obrigações remanescentes decorrentes da execução do contrato. Caso sejam constatadas irregularidades ou obrigações pendentes, a garantia poderá ser retida até a completa regularização da situação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, da Lei nº 14.133/2021)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Sanções que poderão ser cominadas à Contratada, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei federal nº 14.133, de 2021);

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente:

- a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;
- b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial do contrato (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento;
- c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes do contrato;
- d) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo de execução da obra.
- e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte da Contratada, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.
- g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato.

III) Impedimento de licitar e contratar com o município de Maracáçumé, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei federal nº 14.133, de 2021);

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei federal nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei federal nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei federal nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei federal nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados

Secretaria Municipal de Assistência Social

e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei federal nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei federal nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei federal nº 14.133/21.

11.10. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, e arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021)

12.1. A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurados o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei nº 14.133/2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Maracumé/MA, referente ao exercício financeiro de 2026, vinculados à execução do objeto desta licitação, conforme a seguinte dotação orçamentária:

- a) Construção de 20 (vinte) unidades habitacionais térreas, vinculadas ao Programa Minha Casa

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02	PODER EXECUTIVO – PREFEITURA MUNICIPAL
02.11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
02.11.16.482.0316	HABITAÇÕES
02.11.16.482.0316.1047.0000	CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei federal nº 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei federal nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

15.1. O(s) serviço(s) será(ão) recebido(s):

- Provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita da Contratada de término da execução;
- Definitivamente, após 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, após observação e/ou vistoria do atendimento das especificações e requisitos da contratação;
- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 15.1, "b" não ser realizada dentro do fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia previsto no subitem 15.1, "b";
- O recebimento provisório ou definitivo do(s) serviço(s) não exclui(em) a responsabilidade da(s) Contratada(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato;
- Se a Contratante constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido nos Memoriais, pranchas e demais documentos que compõe o processo, a(s) Contratada(S) deverá(ão) realizar no ato, o(s) ajustes(s)/refazer o(s) serviço(s) visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, na Lei federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

Secretaria Municipal de Assistência Social

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, § 1º)

18.1. Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maracáçumé - MA, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Maracáçumé - MA, __ de _____ 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da Contratada

Testemunhas:

NOME:
CPF/MF:

NOME:
CPF/MF:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Anexo VIII – Projeto Básico

PROJETO BÁSICO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Considerações Gerais

O Município de Maracáçumé, localizado na região oeste do Estado do Maranhão, integrante da mesorregião do Gurupi, caracteriza-se por possuir predominância de áreas urbanas em processo de expansão associadas a núcleos populacionais com demandas históricas relacionadas ao acesso à moradia digna e à infraestrutura urbana básica. Como município de pequeno porte populacional, apresenta limitações estruturais decorrentes da baixa capacidade arrecadatória própria, elevada dependência de transferências constitucionais e significativo déficit habitacional voltado às famílias de menor renda.

O cenário socioeconômico municipal evidencia a necessidade de implementação de políticas públicas estruturantes voltadas à redução das desigualdades sociais e à promoção da inclusão urbana, especialmente por meio da ampliação do acesso à habitação adequada, regular e dotada de infraestrutura essencial. A precariedade habitacional ainda observada em parte do território municipal manifesta-se por meio de moradias improvisadas, coabitação familiar involuntária, inadequação construtiva e vulnerabilidade socioambiental, fatores que impactam diretamente a qualidade de vida da população e o desenvolvimento urbano sustentável.

Nesse contexto, a Administração Municipal aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida, na linha de atendimento FNHIS Sub 50, voltada a municípios com população igual ou inferior a cinquenta mil habitantes, operacionalizada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, conforme estabelecido pela Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, regulamentada pela Portaria MCid nº 1.416, de 6 de novembro de 2023, e demais normativos aplicáveis.

A presente intervenção decorre do Termo de Compromisso nº 987492/2025/MCIDADES/CAIXA, registrado na plataforma Transferegov.br, cujo objeto consiste na provisão habitacional no Município de Maracáçumé/MA, destinada ao atendimento de famílias enquadradas prioritariamente na Faixa Urbano 1 de renda familiar, mediante a construção de unidades habitacionais em áreas urbanas dotadas de infraestrutura pública essencial.

O programa tem por finalidade promover o acesso à moradia digna, segura e regularizada, contribuindo para a redução do déficit habitacional, a melhoria das condições sanitárias e urbanísticas e o fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento social, alinhando-se às diretrizes da Política Nacional de Habitação e aos objetivos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC.

As unidades habitacionais serão executadas conforme padrões técnicos definidos pelo Ministério das Cidades, observando programa mínimo composto por varanda, sala, dois dormitórios, cozinha, área de serviço e banheiro, com área mínima de 40 m² acrescida de varanda, devendo os projetos contemplar soluções de acessibilidade e adaptabilidade para pessoas com deficiência e idosos, quando aplicável, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com o Anexo II da Portaria MCid nº 1.416/2023.

A contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento municipal — Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) — integrando a estratégia institucional de promoção da habitação de interesse social e desenvolvimento urbano sustentável.

O presente Projeto Básico é elaborado em conformidade com os arts. 6º, inciso XXV, 18 e 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constituindo instrumento técnico indispensável à caracterização do objeto, à adequada instrução do processo licitatório e à garantia da execução eficiente, econômica e segura do empreendimento público.

2. DO OBJETO

2.1 Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada em engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, destinadas ao atendimento de famílias beneficiárias no Município de Maracáçumé – MA, conforme condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Projeto Básico e demais documentos integrantes do processo licitatório.

Secretaria Municipal de Assistência Social

2.2 A contratação compreende o fornecimento integral de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à execução completa das unidades habitacionais, incluindo serviços estruturais, instalações prediais, acabamentos, infraestrutura básica e demais serviços indispensáveis à entrega das unidades aptas à ocupação.

2.3 Os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, possuindo padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio dos projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos e planilha orçamentária integrante deste Projeto Básico, sendo executados sob o regime de empreitada por preço global, com adjudicação pelo critério de menor preço global.

2.4 Os quantitativos encontram-se detalhados na planilha orçamentária elaborada com base nos projetos técnicos e nas respectivas memórias de cálculo, contemplando todos os serviços necessários à execução integral do empreendimento.

2.5 O prazo de execução do objeto será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

2.6 A vigência contratual será de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da assinatura do contrato, abrangendo a execução da obra, o recebimento provisório e definitivo, medições finais e procedimentos administrativos necessários ao encerramento contratual, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação encontra-se fundamentada nos elementos técnicos constantes dos Estudos Técnicos Preliminares integrantes do processo administrativo correspondente, elaborados em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, os quais demonstraram a necessidade pública a ser atendida, a viabilidade técnica da solução proposta e a adequação econômica da aplicação dos recursos públicos destinados à provisão habitacional de interesse social no Município de Maracumé – MA.

3.2 A demanda decorre do déficit habitacional identificado no território municipal, especialmente entre famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica enquadradas na Faixa Urbana 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, cuja renda familiar não permite acesso ao mercado formal de habitação. O diagnóstico socioeconômico evidenciou a existência de moradias precárias, coabitação involuntária e situações de inadequação habitacional que impactam diretamente indicadores sociais relacionados à saúde pública, educação, estabilidade familiar e desenvolvimento comunitário.

3.3 Nesse contexto, a contratação tem por objeto a execução de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, destinadas ao atendimento de famílias beneficiárias previamente selecionadas conforme critérios sociais estabelecidos pela política habitacional federal.

3.4 Os Estudos Técnicos Preliminares avaliaram alternativas de atendimento à demanda habitacional, considerando critérios de viabilidade técnica, custo global do empreendimento, durabilidade das soluções construtivas, manutenção futura e eficiência do investimento público ao longo do ciclo de vida das edificações. A solução adotada consiste na produção direta de unidades habitacionais padronizadas, observando parâmetros técnicos definidos pela Portaria MCid nº 1.416/2023 e demais normativos do Programa Minha Casa, Minha Vida, garantindo adequação funcional, conforto ambiental, segurança estrutural e acessibilidade, quando aplicável.

3.5 Os quantitativos foram definidos a partir dos projetos técnicos aprovados, memoriais descritivos, memórias de cálculo e planilhas orçamentárias elaboradas com base em sistemas referenciais oficiais de custos da construção civil, assegurando rastreabilidade técnica, transparência na formação do orçamento estimado e compatibilidade entre os serviços previstos e os recursos pactuados no Termo de Compromisso nº 987492/2025/MCIDADES/CAIXA. A metodologia adotada permite adequada previsibilidade financeira e reduz riscos de desequilíbrio contratual decorrentes de variações quantitativas relevantes.

3.6 A modelagem da contratação considera a natureza integrada e padronizada do empreendimento habitacional, adotando o regime de empreitada por preço global, compatível com a maturidade dos projetos executivos e com a definição prévia da solução técnica. Tal modelagem promove maior eficiência na execução, simplificação da fiscalização contratual, controle de custos e adequada alocação de riscos, assegurando responsabilidade técnica única pela execução das unidades habitacionais.

Secretaria Municipal de Assistência Social

3.7 A intervenção pretende proporcionar moradia digna, regular e dotada de infraestrutura mínima às famílias beneficiárias, contribuindo para a redução do déficit habitacional local, melhoria das condições sanitárias e fortalecimento da inclusão social, em consonância com os objetivos da política nacional de habitação de interesse social e com as diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida.

3.8 A contratação encontra-se alinhada aos instrumentos de planejamento governamental municipal, incluindo o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como às políticas públicas federais de provisão habitacional financiadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Observa, ainda, as disposições da Lei nº 14.620/2023, dos Decretos Federais aplicáveis ao programa, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 32/2024 e demais normas que disciplinam transferências da União e execução de obras públicas financiadas com recursos federais.

3.9 Sob a perspectiva de governança das contratações públicas, a solução adotada incorpora mecanismos de planejamento prévio, definição clara do objeto, compatibilidade orçamentária, rastreabilidade dos quantitativos e controle técnico da execução, reduzindo riscos de sobrepreço, paralisação de obra, inadequação técnica ou desequilíbrio econômico-financeiro. A estruturação da contratação observa os princípios da eficiência, economicidade, transparência, gestão de riscos e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e com os referenciais de controle aplicáveis aos empreendimentos vinculados ao Novo PAC.

3.10 Diante dos elementos técnicos, sociais e econômicos apresentados, resta demonstradas a necessidade e adequação da contratação pretendida, evidenciando-se sua compatibilidade com o interesse público e com os objetivos da política habitacional federal, justificando o prosseguimento do procedimento licitatório destinado à execução das unidades habitacionais objeto deste Projeto Básico.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 A solução adotada para atendimento da necessidade pública consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, destinadas ao atendimento de famílias beneficiárias no Município de Maracumé – MA, conforme detalhamento técnico fundamentado nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, integrantes do processo administrativo da contratação.

4.2 O Estudo Técnico Preliminar analisou as condições locais, as características socioeconômicas da população beneficiária e as alternativas técnicas disponíveis para atendimento da demanda habitacional, definindo como solução mais adequada a produção direta de unidades habitacionais padronizadas, observando os parâmetros técnicos estabelecidos pela Lei nº 14.620/2023, pela Portaria MCid nº 1.416/2023 e demais normativos aplicáveis ao Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50.

4.3 O projeto de engenharia foi desenvolvido de forma integrada, considerando requisitos de segurança estrutural, desempenho construtivo, funcionalidade dos ambientes, salubridade, conforto ambiental e durabilidade das edificações, de modo a atender plenamente às necessidades das famílias beneficiárias e assegurar adequada utilização das unidades habitacionais ao longo de sua vida útil. A concepção técnica observou normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e diretrizes técnicas da política habitacional federal.

4.4 A solução contempla a execução completa das unidades habitacionais, incluindo fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à implantação do empreendimento, cabendo à empresa contratada a responsabilidade técnica integral pela execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o Projeto Básico.

4.5 Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução inicia-se na fase de planejamento, compreendendo a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, definição dos requisitos técnicos e sociais do empreendimento, levantamento de quantitativos, elaboração dos projetos de engenharia, definição da modelagem contratual e estimativa orçamentária baseada em sistemas referenciais oficiais, assegurando rastreabilidade técnica e consistência do investimento público.

4.6 A fase de execução abrangerá a implantação do canteiro de obras e a construção integral das unidades habitacionais, incluindo fundações, estrutura, vedação, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, acabamentos e infraestrutura necessária ao adequado funcionamento das moradias, observando padrões de qualidade construtiva, segurança do trabalho, controle tecnológico dos materiais e conformidade ambiental, conforme cronograma físico-financeiro aprovado.

Secretaria Municipal de Assistência Social

4.7 A etapa de entrega e operacionalização compreenderá inspeções técnicas, testes e vistorias necessárias ao recebimento provisório e definitivo das obras, garantindo que as unidades habitacionais sejam entregues em condições adequadas de habitabilidade, segurança e funcionamento, possibilitando sua destinação imediata às famílias beneficiárias selecionadas conforme critérios do programa habitacional.

4.8 Sob a perspectiva de operação e manutenção, a solução adotada prioriza técnicas construtivas consolidadas e materiais de fácil manutenção e elevada durabilidade, visando reduzir custos operacionais futuros e assegurar sustentabilidade econômica do empreendimento ao longo do tempo. Foram consideradas soluções arquitetônicas que favorecem ventilação e iluminação natural, contribuindo para eficiência energética, conforto térmico e melhoria das condições de habitabilidade.

4.9 A abordagem adotada assegura visão sistêmica do empreendimento, contemplando todas as etapas do ciclo de vida do objeto — planejamento, execução, entrega, utilização e manutenção — garantindo eficiência na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, conformidade normativa e atendimento aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e governança das contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A presente contratação observa integralmente os requisitos técnicos, operacionais, normativos e ambientais definidos nos Estudos Técnicos Preliminares aprovados, os quais estabeleceram os elementos indispensáveis para assegurar que a solução adotada atenda adequadamente à necessidade pública identificada, garantindo desempenho adequado das unidades habitacionais, durabilidade construtiva, segurança dos usuários e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

5.2 Os requisitos consolidados neste Projeto Básico destinam-se a orientar a modelagem da licitação, a elaboração do edital e a adequada execução contratual, constituindo parâmetros mínimos obrigatórios para avaliação da aceitabilidade das propostas e verificação da conformidade técnica dos serviços executados.

5.3 A contratação refere-se à execução, por empresa especializada em engenharia, da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, destinadas ao atendimento de famílias beneficiárias do Município de Maracumé – MA, devendo a solução observar integralmente os projetos técnicos aprovados e as diretrizes operacionais do programa habitacional federal.

Requisitos Técnicos e Normativos

5.4 A execução das obras deverá ocorrer em estrita conformidade com os documentos técnicos integrantes do Projeto Básico e com as normas aplicáveis às edificações habitacionais de interesse social, compreendendo, especialmente:

- a) observância integral dos projetos arquitetônicos e projetos complementares aprovados;
- b) atendimento às especificações constantes do memorial descritivo e demais documentos técnicos;
- c) execução conforme quantitativos definidos na planilha orçamentária e respectivas memórias de cálculo;
- d) cumprimento do cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração;
- e) atendimento às diretrizes técnicas e operacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50.

5.5 Deverão ser rigorosamente observadas as normas técnicas brasileiras aplicáveis à execução de obras habitacionais, incluindo aquelas relativas a estruturas de concreto armado, instalações elétricas de baixa tensão, instalações hidrossanitárias, desempenho das edificações, segurança do trabalho e legislação ambiental vigente.

Requisitos de Desempenho e Qualidade

5.6 As unidades habitacionais deverão assegurar padrões mínimos de desempenho e habitabilidade compatíveis com empreendimentos de interesse social, garantindo:

- a) estabilidade estrutural e segurança dos ocupantes;
- b) conforto ambiental mediante ventilação e iluminação natural adequadas;
- c) durabilidade compatível com a vida útil prevista para edificações residenciais;
- d) funcionalidade dos ambientes conforme parâmetros do programa habitacional;
- e) utilização exclusiva de materiais novos e tecnicamente adequados.

5.7 A substituição de materiais ou sistemas construtivos somente poderá ocorrer mediante autorização técnica expressa da Administração, condicionada à comprovação formal de equivalência técnica e desempenho.

Secretaria Municipal de Assistência Social

Sustentabilidade

5.8 A execução contratual deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com a legislação ambiental aplicável.

5.9 Para atendimento aos princípios de sustentabilidade, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

- a) prevenção e redução da geração de resíduos da construção civil;
- b) correta segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- c) uso racional de água, energia e demais recursos naturais;
- d) adoção de práticas construtivas destinadas à mitigação de impactos ambientais temporários;
- e) alinhamento às diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Subcontratação

5.10 Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratado.

5.11 Poderá ser autorizada subcontratação parcial de serviços especializados, desde que previamente aprovada pela Administração, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução, qualidade técnica e cumprimento das obrigações contratuais.

Garantia da Contratação

5.12 Será exigida garantia contratual correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser apresentada nas modalidades legalmente admitidas.

5.13 A obra executada ficará sujeita ao prazo legal de garantia quinquenal, contado do recebimento definitivo do objeto.

Obrigações Gerais da Contratada

5.14 Constituem obrigações mínimas da contratada:

- a) executar os serviços conforme projetos, especificações técnicas e proposta apresentada;
- b) reparar ou corrigir, às suas expensas, serviços executados em desconformidade;
- c) comunicar à Administração quaisquer irregularidades verificadas durante a execução;
- d) não transferir a terceiros o objeto contratual sem autorização prévia;
- e) manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas.

Vistoria Técnica

5.15 A vistoria técnica ao local de implantação do empreendimento será facultada aos licitantes, sendo assegurado o direito de avaliação prévia das condições locais de execução.

5.16 O licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições locais, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento para fins de reequilíbrio contratual.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O modelo de execução do objeto estabelece a forma pela qual o contrato administrativo será operacionalizado, definindo a dinâmica de execução da obra, a sequência técnica das atividades, os métodos construtivos, as responsabilidades das partes e os mecanismos formais necessários para assegurar a adequada materialização da solução definida no Projeto Básico.

6.2 A execução contratual observará os princípios do planejamento, eficiência, controle e rastreabilidade, garantindo alinhamento entre os Estudos Técnicos Preliminares, o Projeto Básico, os projetos técnicos aprovados, o orçamento estimativo e o cronograma físico-financeiro, assegurando previsibilidade na execução e adequada aplicação dos recursos públicos.

Secretaria Municipal de Assistência Social

6.3 Regime e Início da Execução

6.3.1 A execução do objeto será realizada sob o regime de empreitada por preço global, considerando que a solução técnica encontra-se integralmente definida, com quantitativos previamente dimensionados e metodologia construtiva estabelecida nos documentos técnicos integrantes do Projeto Básico.

6.3.2 O início da execução ocorrerá mediante emissão da Ordem de Serviço pela Administração, após a assinatura do contrato e verificação do cumprimento das condições necessárias à mobilização da contratada.

6.3.3 A contratada deverá promover a mobilização técnica e operacional necessária à execução da obra, incluindo instalação do canteiro, disponibilização de equipe técnica habilitada, equipamentos e materiais indispensáveis ao início dos serviços.

6.4 Dinâmica de Execução da Obra

6.4.1 A execução compreenderá a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, destinadas às famílias beneficiárias do Município de Maracaçumé – MA.

6.4.2 A obra será executada de forma sequencial e integrada, observando as etapas técnicas previstas nos projetos e memoriais, compreendendo, no mínimo:

- a) mobilização e instalação do canteiro de obras;
- b) locação e preparação do terreno;
- c) execução das fundações e infraestrutura;
- d) execução da estrutura das edificações;
- e) execução de alvenarias e sistemas de vedação;
- f) implantação das coberturas;
- g) execução das instalações elétricas e hidrossanitárias;
- h) execução de revestimentos, pisos e acabamentos;
- i) execução de serviços complementares e infraestrutura externa;
- j) limpeza final, testes e preparação para entrega das unidades habitacionais.

6.4.3 A execução deverá observar integralmente os projetos aprovados, o memorial descritivo, as especificações técnicas e as normas técnicas aplicáveis às edificações habitacionais de interesse social.

6.5 Local de Execução

6.5.1 Os serviços serão executados no Município de Maracaçumé – MA, em área destinada à implantação do empreendimento habitacional, conforme localização definida nos projetos técnicos e documentos integrantes do processo administrativo.

6.5.2 A contratada deverá considerar as condições locais de acesso, logística, abastecimento e características do terreno para planejamento adequado da execução, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento das condições do local.

6.6 Cronograma e Prazo de Execução

6.6.1 O prazo de execução da obra será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado.

6.6.2 O cronograma físico-financeiro constitui instrumento obrigatório de planejamento e controle da execução contratual, vinculando a evolução física dos serviços às medições e pagamentos.

6.6.3 A contratada deverá cumprir rigorosamente as etapas e marcos físicos estabelecidos no cronograma, mantendo compatibilidade entre execução física e financeira do empreendimento.

6.6.4 Eventuais ajustes no cronograma dependerão de justificativa técnica formalmente apresentada e aprovação prévia da fiscalização contratual, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.7 Métodos Executivos e Procedimentos Técnicos

Secretaria Municipal de Assistência Social

6.7.1 A execução das obras deverá observar rigorosamente os métodos executivos definidos nos projetos técnicos, memoriais descritivos, especificações técnicas e demais documentos integrantes do Projeto Básico, garantindo conformidade com as normas técnicas aplicáveis às habitações de interesse social.

6.7.2 A contratada deverá adotar procedimentos construtivos compatíveis com as boas práticas da engenharia, assegurando qualidade técnica, segurança estrutural, durabilidade das edificações e adequado desempenho funcional das unidades habitacionais.

6.7.3 Os serviços deverão ser executados de forma sequencial e coordenada, respeitando a lógica construtiva prevista no cronograma físico-financeiro, evitando retrabalhos, interrupções indevidas e prejuízos à eficiência da execução.

6.7.4 Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade e atender integralmente às especificações técnicas do Projeto Básico, sendo vedada a substituição por materiais de padrão inferior sem autorização técnica expressa da fiscalização.

6.7.5 A contratada deverá realizar, às suas expensas, os ensaios, testes e verificações técnicas necessários ao controle de qualidade dos serviços executados, sempre que exigidos pelas normas técnicas, pelos projetos ou pela fiscalização contratual.

6.7.6 Os serviços deverão observar integralmente as normas de segurança do trabalho, legislação ambiental vigente e diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50.

6.8 Medição e Quantificação dos Serviços

6.8.1 A medição dos serviços executados será realizada periodicamente pela fiscalização contratual, com base nos quantitativos efetivamente executados e nos eventos previstos no cronograma físico-financeiro.

6.8.2 As medições deverão estar devidamente registradas no Diário de Obra e acompanhadas da documentação técnica comprobatória da execução dos serviços.

6.8.3 Somente serão considerados aptos para pagamento os serviços executados em conformidade com os projetos, especificações técnicas e determinações da fiscalização.

6.8.4 Eventuais divergências entre quantitativos previstos e executados deverão ser formalmente justificadas e submetidas à análise da Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

6.9 Comunicação Formal e Acompanhamento da Execução

6.9.1 A comunicação entre contratante e contratada deverá ocorrer por meios formais que assegurem rastreabilidade, transparência e registro das decisões administrativas e técnicas relacionadas à execução contratual.

6.9.2 Constituem instrumentos formais de comunicação:

- a) Ordens de Serviço e determinações da fiscalização;
- b) registros no Diário de Obra;
- c) notificações técnicas e administrativas;
- d) relatórios de acompanhamento físico-financeiro;
- e) comunicações oficiais expedidas pela Administração.

6.9.3 A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização e garantir acesso irrestrito aos locais de execução e aos documentos relacionados ao empreendimento.

6.10 Responsabilidades Operacionais

6.10.1 Compete à contratada:

- a) fornecer integralmente mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução do objeto;
- b) manter responsável técnico legalmente habilitado durante toda a execução contratual;
- c) cumprir o cronograma físico-financeiro aprovado;
- d) manter organização, limpeza e segurança do canteiro de obras;
- e) atender prontamente às determinações da fiscalização contratual;

Secretaria Municipal de Assistência Social

- f) reparar, corrigir ou refazer serviços executados em desacordo com as especificações técnicas;
- g) manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.10.2 Compete à contratante:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- b) realizar medições e atestar os serviços executados;
- c) emitir orientações técnicas necessárias à correta execução da obra;
- d) promover os procedimentos administrativos de recebimento do objeto.

6.11 Fiscalização e Acompanhamento Contratual

6.11.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Administração Municipal, nos termos dos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a conformidade técnica dos serviços executados e a observância das condições estabelecidas no Projeto Básico, no edital e no contrato administrativo.

6.11.2 A fiscalização será exercida de forma contínua, preventiva e sistemática, abrangendo, entre outros aspectos:

- a) verificação da compatibilidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas aprovados;
- b) acompanhamento do cronograma físico-financeiro;
- c) conferência das medições e etapas executadas para fins de pagamento;
- d) controle da qualidade dos materiais empregados e dos métodos construtivos adotados;
- e) registro formal das ocorrências relevantes no Diário de Obras.

6.11.3 A contratada deverá assegurar livre acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços, bem como disponibilizar todos os documentos técnicos, registros e informações necessários ao adequado acompanhamento da obra.

6.11.4 As determinações emitidas pela fiscalização deverão ser atendidas pela contratada nos prazos estabelecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

6.11.5 A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto, inclusive quanto à qualidade técnica, segurança estrutural e conformidade normativa da obra.

6.12 Controle Tecnológico e Qualidade da Execução

6.12.1 A contratada deverá adotar sistema de controle tecnológico compatível com a natureza da obra, garantindo a qualidade dos serviços executados e a conformidade dos materiais empregados com as especificações técnicas previstas.

6.12.2 O controle tecnológico compreenderá, sempre que aplicável:

- a) ensaios e testes de materiais estruturais;
- b) verificação da resistência e desempenho dos elementos construtivos;
- c) inspeções técnicas periódicas das etapas críticas da execução;
- d) registros documentais que assegurem a rastreabilidade da execução.

6.12.3 Os ensaios laboratoriais necessários deverão ser realizados por laboratórios tecnicamente habilitados, às expensas da contratada.

6.12.4 Serviços executados em desacordo com as especificações técnicas deverão ser corrigidos ou refeitos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração.

6.13 Segurança do Trabalho e Organização do Canteiro de Obras

6.13.1 A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e as Normas Regulamentadoras aplicáveis à construção civil, especialmente aquelas relacionadas à saúde e segurança do trabalho.

6.13.2 O canteiro de obras deverá permanecer organizado, sinalizado e em condições adequadas de segurança durante toda a execução contratual, devendo a contratada:

Secretaria Municipal de Assistência Social

- a) fornecer e fiscalizar o uso de equipamentos de proteção individual – EPI;
- b) implantar medidas de proteção coletiva quando necessárias;
- c) manter controle de acesso às áreas de risco;
- d) assegurar condições adequadas de higiene e segurança aos trabalhadores.

6.13.3 A contratada será integralmente responsável por acidentes de trabalho, danos materiais ou pessoais decorrentes da execução dos serviços.

6.13.4 A Administração poderá determinar a paralisação de atividades que apresentem risco à segurança de trabalhadores, usuários ou terceiros.

6.14 Gestão Ambiental e Sustentabilidade na Execução

6.14.1 A execução das obras deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental compatíveis com as diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50 e com a legislação ambiental vigente.

6.14.2 A contratada deverá adotar medidas destinadas à mitigação dos impactos ambientais decorrentes da obra, incluindo:

- a) correta segregação, armazenamento e destinação dos resíduos da construção civil, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações posteriores;
- b) controle de emissão de poeira, ruídos e resíduos durante a execução;
- c) utilização racional de água, energia e insumos construtivos;
- d) manutenção da limpeza e organização permanente do canteiro de obras;
- e) prevenção de danos ao solo, à vegetação e às áreas adjacentes.

6.14.3 É vedada a disposição irregular de resíduos em áreas não licenciadas, corpos d'água, vias públicas ou locais ambientalmente protegidos.

6.14.4 Sempre que tecnicamente viável e economicamente justificável, deverão ser priorizados materiais e soluções construtivas que contribuam para maior durabilidade, eficiência operacional e redução do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida das unidades habitacionais.

6.15 Recebimento do Objeto

6.15.1 Concluídos os serviços e verificada a execução integral do objeto contratual, a contratada comunicará formalmente à Administração a finalização da obra, solicitando a realização da vistoria técnica para fins de recebimento.

6.15.2 O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

- a) Recebimento Provisório, mediante vistoria realizada pela fiscalização contratual, destinada à verificação da conformidade da obra com os projetos, especificações técnicas e condições contratuais;
- b) Recebimento Definitivo, após decorrido o prazo de observação necessário à verificação da estabilidade da obra e da inexistência de vícios aparentes ou ocultos, mediante emissão de termo circunstanciado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.15.3 Caso sejam identificadas inconformidades, a contratada será notificada para promover as correções necessárias dentro do prazo estabelecido pela fiscalização, ficando suspenso o recebimento definitivo até a regularização integral.

6.15.4 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade técnica pelos serviços executados.

6.16 Garantia da Obra

6.16.1 A contratada responderá pela solidez, segurança e qualidade da obra executada pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

6.16.2 Durante o período de garantia, a contratada deverá reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer defeitos, vícios construtivos ou falhas decorrentes da execução dos serviços ou da utilização de materiais inadequados.

Secretaria Municipal de Assistência Social

6.16.3 A Administração notificará formalmente a contratada sempre que constatadas irregularidades, fixando prazo razoável para correção.

6.16.4 O não atendimento das correções dentro do prazo estabelecido poderá ensejar execução da garantia contratual, aplicação de sanções administrativas e demais medidas legais cabíveis.

6.17 Transição Contratual e Encerramento

6.17.1 Ao final da execução contratual, a contratada deverá promover a adequada transição operacional do empreendimento, assegurando condições plenas para utilização das unidades habitacionais pela Administração Municipal e pelos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50.

6.17.2 Para fins de encerramento contratual, a contratada deverá entregar à Administração, no mínimo:

- a) documentação técnica final da obra ("as built"), quando aplicável;
- b) relatórios finais de execução física e financeira;
- c) certificados de testes e ensaios realizados;
- d) manuais técnicos e orientações básicas de uso e manutenção das edificações;
- e) comprovantes de regularidade junto aos órgãos públicos e concessionárias, quando exigidos.

6.17.3 A contratada deverá proceder à completa desmobilização do canteiro de obras, removendo instalações provisórias, resíduos remanescentes e materiais não incorporados ao empreendimento, restabelecendo as condições adequadas do local.

6.17.4 O encerramento contratual ocorrerá após:

- a) recebimento definitivo do objeto;
- b) verificação da inexistência de pendências técnicas ou administrativas;
- c) aprovação final da fiscalização e da gestão contratual;
- d) cumprimento integral das obrigações contratuais.

6.17.5 A formalização do encerramento será realizada mediante termo administrativo próprio, registrando a conclusão da execução e a plena satisfação do interesse público que motivou a contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O modelo de gestão do contrato estabelece a estrutura de governança administrativa destinada a assegurar que a execução do objeto ocorra em estrita conformidade com o Projeto Básico, com o instrumento contratual e com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantindo o acompanhamento sistemático da execução física, financeira e documental da obra.

7.2 A execução contratual será orientada pelos princípios da legalidade, eficiência, transparência, segregação de funções, prevenção de riscos e responsabilização administrativa, assegurando rastreabilidade integral dos atos praticados durante toda a vigência contratual.

7.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e a legislação aplicável, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal por apostilamento.

7.5 As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos institucionais que assegurem autenticidade, integridade e preservação das informações.

7.6 Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento contratual, destinada à apresentação das diretrizes de execução, procedimentos de fiscalização, fluxos de comunicação, critérios de medição e sanções aplicáveis.

Atores, papéis e segregação de funções

Secretaria Municipal de Assistência Social

7.7 A Administração designará formalmente os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, observando a qualificação técnica, a compatibilidade funcional e a complexidade do objeto.

7.8 A estrutura de acompanhamento contratual compreenderá:

- a) gestor do contrato, responsável pela coordenação administrativa e estratégica da execução;
- b) fiscal técnico, responsável pelo acompanhamento da execução física da obra;
- c) fiscal administrativo, responsável pelo controle documental, fiscal e financeiro;
- d) substitutos designados para atuação em casos de afastamento ou impedimento.

7.9 A atuação dos agentes observará segregação de funções, vedada a concentração de atribuições que comprometa a independência dos controles administrativos.

Protocolo de comunicação e formalização

7.10 Toda interação entre a Administração e a contratada deverá ser formalmente registrada, garantindo transparência, segurança jurídica e rastreabilidade das decisões administrativas.

7.11 O protocolo de comunicação compreenderá, no mínimo:

- a) emissão formal de Ordens de Serviço;
- b) registros obrigatórios no Diário de Obra;
- c) notificações técnicas e administrativas;
- d) relatórios periódicos de acompanhamento;
- e) atas de reuniões técnicas;
- f) comunicações formais de inconformidades.

7.12 Tratativas exclusivamente verbais não produzirão efeitos administrativos para fins de comprovação contratual ou aplicação de sanções.

Fiscalização técnica

7.13 A fiscalização técnica terá por finalidade verificar a conformidade da execução da obra com os projetos aprovados, memoriais descritivos, especificações técnicas e normas aplicáveis às unidades habitacionais de interesse social.

7.14 Compete ao fiscal técnico:

- a) acompanhar permanentemente a execução dos serviços;
- b) verificar a qualidade dos materiais empregados;
- c) avaliar métodos construtivos adotados;
- d) registrar ocorrências relevantes no histórico contratual;
- e) emitir notificações para correção de inconformidades;
- f) atestar etapas executadas para fins de medição e recebimento provisório.

7.15 O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável pela fiscalização, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências técnicas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização administrativa

7.16 A fiscalização administrativa terá por finalidade assegurar a regularidade formal da execução contratual e a manutenção das condições que legitimaram a contratação.

7.17 Compete ao fiscal administrativo:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- b) acompanhar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- c) controlar garantias contratuais e prazos de vigência;
- d) acompanhar reajustes, revisões e reequilíbrios econômico-financeiros;

Secretaria Municipal de Assistência Social

e) registrar ocorrências administrativas relevantes.

7.18 Constatada irregularidade documental ou descumprimento de obrigação contratual, a contratada será formalmente notificada para saneamento, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

Gestão integrada do contrato

7.19 A gestão integrada do contrato consistirá na coordenação sistemática das atividades de fiscalização técnica e administrativa, assegurando a coerência entre execução física, regularidade documental, controle financeiro e atendimento aos objetivos públicos da contratação.

7.20 Compete ao gestor do contrato promover a integração das informações produzidas pela fiscalização, consolidando registros, relatórios e ocorrências no histórico de gerenciamento contratual, garantindo rastreabilidade e transparência da execução.

7.21 A gestão contratual deverá assegurar, no mínimo:

- a) acompanhamento do cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- b) controle dos prazos de execução e vigência contratual;
- c) verificação da compatibilidade entre medições realizadas e serviços efetivamente executados;
- d) monitoramento de riscos contratuais e adoção de medidas preventivas;
- e) instrução processual de eventuais alterações contratuais, prorrogações ou reequilíbrios econômico-financeiros;
- f) supervisão dos procedimentos de liquidação e pagamento.

7.22 O gestor do contrato deverá acompanhar permanentemente os registros realizados pelos fiscais, adotando providências quando identificadas situações que possam comprometer o desempenho contratual ou o interesse público.

7.23 Sempre que necessário, poderão ser realizadas reuniões técnicas de acompanhamento entre Administração e contratada, devidamente registradas em ata e juntadas ao processo administrativo.

Recebimento definitivo

7.24 O recebimento do objeto observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e ocorrerá em duas etapas: recebimento provisório e recebimento definitivo.

7.25 O recebimento definitivo será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais.

7.26 Para fins de recebimento definitivo, deverão ser verificados:

- a) conformidade da obra com os projetos e especificações técnicas aprovadas;
- b) funcionamento adequado das instalações prediais e sistemas implantados;
- c) conclusão integral dos serviços previstos;
- d) inexistência de vícios aparentes ou pendências técnicas;
- e) entrega da documentação técnica final da obra.

7.27 A contratada deverá apresentar, previamente ao recebimento definitivo:

- a) documentação "as built", quando aplicável;
- b) manuais técnicos e certificados de garantia;
- c) Anotações de Responsabilidade Técnica – ART de conclusão;
- d) relatórios de ensaios e controle tecnológico;
- e) comprovação da destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção.

7.28 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual.

Sanções administrativas

7.29 O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal.

Secretaria Municipal de Assistência Social

7.30 Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, conforme critérios definidos no instrumento contratual;
- c) impedimento de licitar e contratar com o ente federativo;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) extinção unilateral do contrato nas hipóteses legais.

7.31 A aplicação de penalidades será precedida de processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.32 As multas deverão observar critérios objetivos e proporcionais ao prejuízo causado, podendo incidir, entre outras hipóteses:

- a) atraso injustificado na execução dos serviços;
- b) execução em desacordo com as especificações técnicas;
- c) descumprimento de determinações da fiscalização;
- d) paralisação injustificada da obra.

7.33 A reincidência de infrações poderá ensejar sanções mais gravosas, inclusive a rescisão contratual.

Encerramento contratual

7.34 O encerramento do contrato ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto e a quitação integral das obrigações contratuais pelas partes.

7.35 Concluída a execução, o gestor do contrato elaborará relatório final circunstanciado contendo:

- a) avaliação do cumprimento dos objetivos da contratação;
- b) análise do desempenho técnico e administrativo da contratada;
- c) registro de ocorrências relevantes durante a execução;
- d) eventuais recomendações para aprimoramento de futuras contratações públicas.

7.36 Após a aprovação do relatório final, será promovido o encerramento administrativo do contrato, com registro formal no processo e arquivamento da documentação pertinente.

7.37 Permanecerão vigentes, após o encerramento contratual, as responsabilidades legais relativas à garantia da obra, à solidez da construção e às obrigações civis e profissionais decorrentes da execução.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), com a finalidade de aferir o nível de cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade dos serviços executados e a aderência ao cronograma físico-financeiro.

8.1.1 Será indicada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1 não produziu os resultados acordados;

8.1.1.2 deixou de executar, ou executou com qualidade inferior à mínima exigida, as atividades contratadas; ou

8.1.1.3 deixou de utilizar materiais, equipamentos ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantitativo inferior ao demandado.

Do Recebimento

8.2 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha de medição acompanhada de memória de cálculo detalhada.

Secretaria Municipal de Assistência Social

8.2.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.2.2 O contratado também apresentará, a cada medição, quando aplicável, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual.

8.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1 O prazo previsto no subitem anterior será contado do recebimento da comunicação formal de cobrança apresentada pelo contratado, acompanhada da comprovação da execução da parcela correspondente.

8.3.2 O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.3.3 O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.3.4 O fiscal setorial, quando houver, participará do recebimento provisório sob os aspectos técnico e administrativo.

8.3.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico apurará os resultados da avaliação da execução do objeto e, quando aplicável, a análise de desempenho e qualidade, podendo resultar em redimensionamento dos valores a serem pagos, mediante relatório encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado correspondente ou, havendo mais de um termo, com a entrega do último.

8.3.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar medições enquanto persistirem pendências.

8.3.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no Recebimento Provisório, observado o disposto nos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

8.3.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à realização de testes, ensaios e verificações de campo, bem como à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

8.3.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, sob os aspectos técnicos e administrativos, devendo encaminhá-lo ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

8.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.5.1 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais responsáveis quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas, quando houver;

8.5.2 realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.5.3 emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

Secretaria Municipal de Assistência Social

8.5.4 comunicar a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.5.5 encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação da Despesa

8.9 Recebida a Nota Fiscal, Fatura ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, contado da data do protocolo do documento fiscal junto à Administração.

8.9.1 O prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa administrativa devidamente motivada.

8.9.2 Nas contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o prazo poderá ser reduzido, observada a capacidade operacional da Administração.

8.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos essenciais à validação da despesa, especialmente:

8.10.1 data de emissão;

8.10.2 identificação do contrato e do órgão contratante;

8.10.3 período de execução dos serviços;

8.10.4 discriminação detalhada dos serviços executados;

8.10.5 valor devido;

8.10.6 indicação das retenções tributárias aplicáveis, quando cabível.

8.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Administração.

8.12 A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, mediante:

8.12.1 consulta a sistemas oficiais disponíveis; ou

8.12.2 apresentação das certidões previstas no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.13 Previamente ao pagamento, a Administração verificará:

8.13.1 a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;

8.13.2 eventual impedimento de contratar com a Administração Pública;

8.13.3 existência de sanções administrativas vigentes que impeçam o pagamento.

8.14 Constatada irregularidade fiscal ou documental, a contratada será notificada para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado uma única vez mediante justificativa aceita pela Administração.

Secretaria Municipal de Assistência Social

8.15 Não havendo regularização ou sendo rejeitada a justificativa apresentada, a Administração adotará as providências administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes, visando resguardar o interesse público.

8.16 Persistindo a irregularidade, poderão ser adotadas medidas visando à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

8.17 Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ocorrer relativamente às parcelas devidamente comprovadas, até decisão administrativa definitiva quanto à eventual rescisão contratual.

Prazo de Pagamento

8.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da liquidação da despesa.

8.19 Em caso de atraso imputável exclusivamente à Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde o término do prazo de pagamento até a data da efetiva quitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, ou outro índice que venha a substituí-lo.

Forma de Pagamento

8.20 O pagamento será realizado por ordem bancária, mediante crédito em conta corrente indicada pela contratada.

8.21 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar emitida a ordem bancária correspondente.

8.22 Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.22.1 As retenções ocorrerão independentemente dos percentuais indicados na planilha contratual, observadas as normas fiscais aplicáveis.

8.23 A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que apresente comprovação válida de enquadramento no momento do pagamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado mediante procedimento licitatório na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da regulamentação municipal aplicável.

9.1.1. Quando houver utilização de recursos federais transferidos voluntariamente, observar-se-ão, subsidiariamente, as normas operacionais e orientações expedidas pela União e pelo agente financeiro responsável.

9.1.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

9.1.3. O julgamento observará:

I — a compatibilidade da proposta com o orçamento estimado da contratação;

II — a exequibilidade dos preços ofertados;

III — o atendimento integral às especificações técnicas constantes do Projeto Básico e demais anexos do edital.

9.1.4. Poderá ser instaurado procedimento de diligência para verificação da exequibilidade da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário, conforme definido no art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1. Nesse regime, a remuneração da contratada ocorrerá com base nas quantidades efetivamente executadas e medidas, observados os preços unitários contratados.

9.2.2. As medições serão realizadas periodicamente, conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado, constituindo condição para liquidação e pagamento.

Secretaria Municipal de Assistência Social

9.2.3. Eventuais variações quantitativas decorrentes de ajustes técnicos necessários à adequada execução da obra deverão observar os limites legais de alteração contratual previstos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Para fins de habilitação, a licitante deverá comprovar, cumulativamente, o atendimento aos requisitos previstos nos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação da documentação relativa a:

9.3.1. Habilitação jurídica

9.3.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.3.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.3.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.3.1.5. Filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.1.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.1.7. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta comercial, das declarações constantes neste edital e do contrato social.

9.3.1.8. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao responsável pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

9.3.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

Será exigida a comprovação da capacidade operacional da empresa na execução de serviços similares, conforme o Art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Será admitido o registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), desde que as atribuições profissionais do Arquiteto e Urbanista sejam compatíveis com a execução de obra de edificação pública em concreto armado, especialmente quanto à responsabilidade técnica por sistemas estruturais, coordenação de obra e demais atividades inerentes ao objeto licitado, observadas as atribuições profissionais definidas pela Lei nº 12.378/2010 e pelas resoluções do CAU/BR, nos termos da legislação profissional vigente.

9.3.3.1.1. Registro e Quitação da Pessoa Jurídica:

Comprovar o registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CREA ou CAU) em plena validade, por meio da apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica.

9.3.3.1.2. Justificativa da Exigência de Relevância Técnica e Atestado de Capacidade Técnica Operacional:

Nos termos do art. 67, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de atestados restringe-se às parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo do objeto.

Considerando que o orçamento estimado da contratação possui caráter sigiloso até a fase de lances, nos termos da legislação vigente, a definição das parcelas relevantes baseou-se:

Secretaria Municipal de Assistência Social

- a) na complexidade estrutural da edificação habitacional de interesse social;
- b) no impacto direto dos serviços na estabilidade, segurança e durabilidade da obra;
- c) na representatividade técnica das etapas construtivas principais;

d) na identificação das parcelas cujo valor individual é igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A fixação do quantitativo mínimo equivalente a 30% (trinta por cento) das parcelas relevantes encontra-se dentro do limite máximo de 50% (cinquenta por cento) previsto no § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo percentual considerado tecnicamente suficiente para demonstrar aptidão operacional mínima, sem restringir a competitividade do certame, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

9.3.3.1.2.1 Parcelas de Maior Relevância Técnica

A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica comprovando a execução dos seguintes serviços, em quantitativo igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total previsto no Projeto:

Item	Serviço (parcela relevante)	Unidade	Quantitativo Total	Quantidade Mínima (30%)	Observação Técnica
1	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos 9x19x29 cm (SINAPI 103356)	m²	1.730,00	519,00 m²	Parcela estrutural de vedação/compartimentação com alto impacto físico e de produtividade.
2	Trama de madeira para telhado (ripas, caibros e terças) (SINAPI 92541)	m²	1.469,80	440,94 m²	Parcela crítica da estrutura de cobertura (execução e montagem).
3	Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira – vão 6 m (SINAPI 92548)	un	80,00	24,00 un	Elemento principal do sistema estrutural do telhado (montagem e içamento).

9.3.3.1.2.2 Detalhes dos Atestados de Capacidade Técnica

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação — Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Caso o atestado apresentado seja expedido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá conter o nome, endereço e telefone da entidade atestadora, bem como a assinatura do responsável legal, podendo a Administração realizar diligência para verificação da autenticidade do documento, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3.1.3. Somatório de Atestados:

A atestação técnica exigida pode ser apresentada em vários atestados, admitindo-se o simples somatório dos acervos para atendimento do Edital.

9.3.3.1.4. Verificação e Declaração de Equipamentos:

O Agente de Contratação poderá realizar diligência na empresa vencedora e na entidade emitente dos atestados para averiguar a veracidade das informações prestadas, podendo os envolvidos responder administrativa, civil e penalmente pelas informações apresentadas.

A declaração de disponibilidade de equipamentos não implica exigência de propriedade prévia, admitindo-se locação, cessão ou contratação futura dos meios necessários à execução do objeto.

9.3.3.2. Qualificação Técnico-Profissional (Profissional)

Será exigida a comprovação da capacidade técnica dos profissionais indicados pela licitante, conforme o art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução do objeto, admitindo-se sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente autorizada pela Administração e devidamente justificada, nos termos do §6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

Secretaria Municipal de Assistência Social

9.3.3.2.1. Registro, Nível Técnico e Vínculo Profissional:

A empresa a ser contratada deverá possuir registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em situação regular e vigente, observada a compatibilidade das atribuições profissionais com o objeto da contratação.

Deverá indicar responsável técnico legalmente habilitado, registrado no CREA ou no CAU, conforme o caso, com atribuições compatíveis com a execução de obra de edificação em concreto armado, nos termos da legislação profissional aplicável e das atividades descritas neste Projeto Básico.

A exigência de profissionais de outras especialidades técnicas poderá ocorrer durante a execução contratual, quando tecnicamente necessária em razão das etapas executivas da obra, não constituindo requisito autônomo de habilitação.

O responsável técnico poderá integrar o quadro permanente da empresa na condição de sócio, empregado ou prestador de serviços, devendo sua vinculação ser comprovada por meio de:

- I — contrato social;
- II — registro em carteira de trabalho;
- III — contrato de prestação de serviços; ou
- IV — declaração de disponibilidade acompanhada de anuência do profissional.

9.3.3.2.2 Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (CAT) e Justificativa de Relevância Técnica

A comprovação da qualificação técnico-profissional dar-se-á mediante apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, devidamente registrada(s) no CREA ou CAU competente, acompanhada(s) do(s) respectivo(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

A exigência restringe-se à demonstração de experiência anterior compatível com as parcelas de maior relevância técnica do objeto, nos termos do art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando que o objeto consiste na construção de edificação em concreto armado, a relevância técnica das parcelas decorre de sua essencialidade estrutural e funcional, especialmente quanto à estabilidade, segurança, durabilidade e desempenho global da edificação.

Deverá ser apresentada comprovação de que o profissional indicado possui acervo técnico relativo à execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação, tais como:

- Estrutura de concreto armado para edificação;
- Execução de sistemas de cobertura;
- Execução de alvenaria de vedação em edificações.

Não será exigido quantitativo mínimo para fins de qualificação técnico-profissional, limitando-se a exigência à compatibilidade técnica das atividades executadas, em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

9.3.3.2.3. Termo de Compromisso de Participação:

Deverá ser apresentado termo de compromisso de participação do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s), mediante declaração de que participará(ão) da execução dos serviços objeto da licitação.

O reconhecimento de firma somente será exigido em caso de dúvida fundada quanto à autenticidade do documento, podendo a Administração realizar diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3.2.4. Vedação de Atestados de Profissionais Sancionados:

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.⁶

9.3.3.2.5. Declaração de Pessoal Técnico:

Secretaria Municipal de Assistência Social

A licitante deverá apresentar declaração formal de que dispõe, ou disporá por ocasião da execução contratual, de pessoal técnico qualificado e suficiente para a execução integral do objeto.

9.3.3.3. Indicação de Pessoal Técnico, Instalações e Equipamentos

9.3.3.3.1. Quadro da Equipe Técnica:

A empresa deverá dispor de equipe técnica qualificada, instalações e aparelhamento compatíveis com a complexidade do objeto.

Deverá indicar, no mínimo, 01 (um) responsável técnico com formação superior em Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo, legalmente habilitado e com experiência comprovada em obras de edificação de porte e complexidade equivalentes.

Item	Formação	Área	Função
01	Superior Pleno	Engenharia Civil ou Arquitetura e Urbanismo	Responsável Técnico pela Coordenação, Execução e Acompanhamento da Obra

A substituição do profissional indicado dependerá de prévia aprovação da Administração, mediante comprovação de qualificação equivalente ou superior.

9.3.3.3.2. Visto do Conselho Regional:

Caso a empresa licitante ou o responsável técnico não possuam registro no CREA/CAU do Estado do Maranhão, o respectivo visto deverá ser providenciado apenas no momento da assinatura do contrato, não constituindo requisito para habilitação.

9.3.3.3.3. Atestados Estrangeiros:

São aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.3.3.3.4. Substituição de Profissionais:

Os profissionais indicados deverão participar da execução do objeto, sendo admitida substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia da Administração.

9.3.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.3.3.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis:

Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Fica vedada a substituição do Balanço por Balancetes ou Balanços provisórios.

9.3.3.4.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial:

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.3.3.4.3. Índices Contábeis e Justificativa:

Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, no Balanço Patrimonial, comprovação da boa situação financeira da empresa, acompanhados da demonstração do Índice de Liquidez Geral e do Grau de Endividamento, obtidos de acordo com a fórmula a seguir discriminada:

- **Índice de Liquidez Geral:** $(AC + RLP) / (PC + ELP) \geq 1,00$
- **Grau de Endividamento:** $(PC + ELP) / AT \leq 1,00$

Nota: AC – Ativo Circulante; RLP – Realizável a Longo Prazo; PC – Passivo Circulante; ELP – Exigível Longo Prazo; AT – Ativo Total.

Secretaria Municipal de Assistência Social

A justificativa para a escolha dos índices contábeis e seus valores são os usualmente utilizados em todas as licitações deste Órgão. Entendemos que a exigência de comprovação de boa situação financeira das interessadas, a escolha dos índices adotados e de seus valores não restringem o caráter competitivo da licitação, a fim de demonstrar que as licitantes possuem aptidão econômico-financeira para suportar e dar cumprimento às obrigações decorrentes da execução do contrato a ser celebrado, sendo, portanto, imprescindível à Administração para a contratação com o mínimo de segurança.

9.3.3.5. Garantia da Proposta

9.3.3.5.1. A licitante deverá prestar garantia de proposta de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação.

9.3.3.5.2. A garantia da proposta deverá ser prestada em uma das formas descritas no § 1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3.6. Das Declarações específicas para Qualificação

9.3.3.6.1. Declaração que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

9.3.3.6.2. Declaração de que não possui em seu quadro funcional, menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de quatorze anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei nº 9.854, de 27/10/1999).

9.3.3.6.3. Declaração de enquadramento ao disposto no art. 25, § 9º, I da Lei Federal 14.133/21.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), conforme Planilha Orçamentária Consolidada integrante do processo administrativo. A estimativa foi elaborada com base em sistemas referenciais oficiais de custos da construção civil, adotando-se prioritariamente o SINAPI — Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, e, de forma complementar, o ORSE — Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe, bem como composições próprias devidamente justificadas quando inexistente referência oficial aplicável, observada a data-base do orçamento indicada nas planilhas técnicas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município de Maracumé – MA, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual vigente, observada a compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02	PODER EXECUTIVO – PREFEITURA MUNICIPAL
02.11	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
02.11.16.482.0316	HABITAÇÕES
02.11.16.482.0316.1047.0000	CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES

11.2. O empreendimento será executado com recursos provenientes de transferência voluntária da União, formalizada por meio do Termo de Compromisso nº 1103478-24, celebrado no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNNIS Sub 50, registrado na plataforma Transferegov.br, sob acompanhamento técnico, operacional e financeiro da Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da União, observadas as condições estabelecidas no respectivo instrumento de repasse.

11.3. Os recursos financeiros vinculam-se à Operação nº 1103478-24, conforme Plano de Trabalho aprovado, cronograma físico-financeiro, projetos técnicos e demais documentos integrantes do processo administrativo, devendo sua execução observar integralmente as metas físicas, etapas de execução e condições de desembolso pactuadas.

11.4. A execução orçamentária e financeira observará, especialmente:

- Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro);

Secretaria Municipal de Assistência Social

- Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- Normas operacionais do Transferegov.br aplicáveis às transferências voluntárias da União;
- Portarias, manuais técnicos e orientações da Secretaria Nacional de Habitação;
- Normativos operacionais da Caixa Econômica Federal aplicáveis às operações do FNHIS;
- demais normas federais e municipais pertinentes à execução de recursos públicos.

11.5. A execução contratual ficará condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira e à liberação dos recursos conforme as medições aprovadas e o cronograma físico-financeiro pactuado, observados os procedimentos de acompanhamento, fiscalização e autorização de desembolso pela Caixa Econômica Federal, assegurando-se a responsabilidade fiscal, a rastreabilidade dos gastos públicos e a adequada prestação de contas junto aos órgãos de controle e à mandatária da União.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Projeto Básico estabelece as diretrizes técnicas, administrativas e orçamentárias para a execução da contratação de empresa especializada em engenharia para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, destinadas ao atendimento de famílias beneficiárias no Município de Maracaçumé – MA, observando as especificações constantes no Memorial Descritivo, nas Planilhas Orçamentárias, nas Memórias de Cálculo e nos demais documentos técnicos integrantes do processo administrativo correspondente.

12.2. A elaboração deste documento considerou as características físicas do terreno, as condições geotécnicas locais, os parâmetros técnicos aplicáveis às habitações de interesse social e as diretrizes técnicas do programa habitacional federal, constituindo base técnica para a instrução do processo licitatório e para a posterior execução contratual.

12.3. Todas as etapas da execução deverão observar rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis à construção civil, bem como a legislação vigente relativa à execução de obras públicas.

12.3.1. Incluem-se entre as normas técnicas aplicáveis aquelas relacionadas às estruturas de concreto armado, fundações, sistemas de cobertura, instalações prediais, acessibilidade, desempenho das edificações e segurança construtiva.

12.4. É vedada qualquer alteração que descaracterize os projetos arquitetônico e estrutural aprovados, admitindo-se exclusivamente adaptações de natureza técnica devidamente justificadas e previamente autorizadas pela fiscalização contratual.

12.4.1. As adaptações deverão manter plena compatibilidade com as normas técnicas vigentes e não poderão comprometer a integridade estrutural, funcionalidade, segurança ou desempenho das unidades habitacionais.

12.5. As medições, liberações de pagamento e registros de execução deverão observar estritamente os critérios estabelecidos no contrato administrativo, no cronograma físico-financeiro e nas planilhas orçamentárias aprovadas, assegurando rastreabilidade, transparência e conformidade técnica.

12.6. O presente Projeto Básico, juntamente com seus anexos técnicos e orçamentários, constitui instrumento vinculante para a contratação, execução, fiscalização e prestação de contas da obra, integrando formalmente o processo administrativo correspondente.

12.7. Eventuais dúvidas de interpretação ou casos omissos serão dirimidos pela Administração Contratante com fundamento na legislação aplicável, nas normas técnicas de engenharia e nos princípios que regem a Administração Pública.

13. DOCUMENTOS TÉCNICOS ANEXOS

13.1. Os documentos técnicos abaixo relacionados integram o presente Projeto Básico, constituindo parte integrante e indissociável do processo licitatório e da futura contratação, devendo ser observados pela Contratada e pela fiscalização municipal durante todas as etapas de execução da obra.

13.1.1. O Apêndice A corresponde ao Memorial Descritivo e às Especificações Técnicas, contendo a descrição detalhada dos sistemas construtivos adotados, incluindo fundações, estrutura em concreto armado, sistemas de cobertura,

Secretaria Municipal de Assistência Social

revestimentos, instalações elétricas e hidrossanitárias, acessibilidade e demais elementos técnicos das unidades habitacionais.

13.1.2. O Apêndice B corresponde à Planilha Orçamentária Consolidada, composta pela planilha sintética, planilha analítica de composições, memória de cálculo, encargos sociais, composição do BDI e cronograma físico-financeiro, elaborados com base nos sistemas referenciais oficiais adotados pela Administração.

13.2. Os projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidrossanitários, detalhamentos executivos e demais documentos técnicos complementares integram o processo administrativo correspondente e deverão ser rigorosamente observados pela Contratada.

13.3. A execução deverá atender integralmente às normas técnicas da ABNT aplicáveis à construção de edificações habitacionais, bem como à legislação ambiental, urbanística, trabalhista e de segurança vigente.

Declaração de Adoção

13.1. O Município de Maracumé – MA, por meio da Secretaria Municipal competente, declara adotar integralmente o presente Projeto Básico para fins de instrução do processo licitatório e execução da obra pública correspondente, nos termos da legislação vigente.

Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice A – Memorial Descritivo

MEMORIAL DESCRITIVO - FNHIS SUB 50

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÉ / MA

TIPO DE PROJETO: HABITAÇÃO UNIFAMILIAR 20 UNIDADES

ÁREA TOTAL A CONSTRUIR: 53,86 M² POR UNIDADE ÁREA

ÚTIL A CONSTRUIR: 47,46 M² POR UNIDADE

GENERALIDADES: Este memorial descritivo tem por objetivo descrever de forma sucinta os materiais e a forma que será realizada a obra de edificações residenciais do programa FNHIS Sub 50, com área total de 53,86 m² por unidade. Não dispensa o atendimento à norma de Desempenho de Edificações Habitacionais (ABNT NBR 15.575), às Normas Técnicas da ABNT de processos e produtos, bem como à legislação municipal e estadual incidente. Este documento foi elaborado com base na Portaria MCID nº 1416, de 6 de Novembro de 2023.

SERVIÇOS PRELIMINARES: O lote onde será edificada a unidade habitacional deverá ser limpo e nivelado antes do início dos serviços de locação, atendendo os níveis de piso determinados em projeto. A seguir a obra será locada conforme determinado nas plantas. A placa de obra, de responsabilidade da empresa contratada, deverá seguir os padrões constantes no "Manual Visual de Placas e Adesivos de Obras" da Caixa Econômica Federal, bem como observar disposições locais, e ser instalada em lugar visível.

FUNDAÇÕES: Existem 2 opções de fundação: (i) radier ou (ii) sapatas isoladas com viga baldrame em concreto de resistência característica de 20 MPa, aço do tipo CA-50 e dimensões de 12 x 30 cm, a qual será impermeabilizada com argamassa com aditivo impermeabilizante e emulsão asfáltica em duas demãos, em todas as faces.

SUPERESTRUTURA: A superestrutura será de concreto armado, sendo os pilares de dimensões 14 x 26 cm e as vigas do nível 2,65 com dimensões 12 x 25 cm. Todo concreto da superestrutura será de 20 Mpa. Deverão ser previstos pilaretes de amarração da alvenaria destinada aos oitões da casa. A laje do teto do banheiro será rebaixada conforme cota do projeto e será do tipo vigotas pré-moldadas h = 12cm, com pé direito mínimo de 2,40 m nesta área.

ALVENARIA: As paredes da edificação serão de alvenaria de bloco cerâmico ou de concreto não estrutural, dimensões 9 x 19 x 19 cm, posicionados com argamassa de assentamento com preparo em betoneira. Antes de serem utilizados, os tijolos serão umedecidos, evitando que estes absorvam a água da argamassa de assentamento. As fiadas serão alinhadas e aprumadas, podendo as juntas apresentarem espessura máxima de 1,5 cm. Nos vãos das portas e janelas serão executadas vergas transpassando a alvenaria em no mínimo 30 cm para cada lado. As contravergas serão executadas em todas as janelas.

PISO: Em todos os cômodos será executado o assentamento do piso com revestimento cerâmico. Em todo perímetro da unidade habitacional deverá ser executada calçada com 50 cm de largura. Obrigatório piso e rodapé em toda a unidade, incluindo o hall e as áreas de circulação interna. O revestimento deve ser em cerâmica esmaltada PEI 4, com índice de absorção inferior a 10% e desnível máximo de 15 mm. Para áreas molháveis, o coeficiente de atrito dinâmico deve ser superior a 0,4. As cotas dos pisos serão superiores à cota da calçada ao redor da casa.

FORRO: O forro da edificação será em PVC.

COBERTURA: A cobertura será com estrutura de madeira tratada com pintura imunizante composta por ripas, caibros, terças e tesouras com 2 águas e telha cerâmica capa-canal com inclinação de 30%. Deverá ser realizada a amarração de 3 fiadas de telhas dos beirais de 60 cm.

Secretaria Municipal de Assistência Social

REVESTIMENTO: As paredes internas e externas da edificação receberão revestimento de chapisco, emboço e reboco. As paredes dos banheiros receberão revestimento cerâmico do piso ao forro na área do box de chuveiro. As demais paredes do banheiro, assim como a da cozinha e lavanderia receberão revestimento cerâmico com 1,5m de altura. Nas áreas com revestimento cerâmico, será executada argamassa traço 1:2:8, com preparo mecânico, aplicado manualmente. As paredes externas, sobre chapisco, serão feitas com massa única em argamassa com traço 1:2:8.

ESQUADRIAS E FERRAGENS: As portas externas de acesso (sala e cozinha) serão metálicas. As portas internas da edificação serão de madeira. Todas as portas deverão respeitar as dimensões do projeto, com vão livre entre batentes de 0,80 x 2,10 m. As janelas deverão ser metálicas, de preferência com veneziana nos dormitórios. Os vidros utilizados nas janelas serão transparentes e lisos, com espessura de no mínimo 4 mm. Todas as portas deverão conter maçanetas de alavanca entre 0,90 m e 1,10 m.

PINTURA: As paredes internas e externas serão previamente lixadas, depois será aplicado selador acrílico, em seguida pintadas com tinta látex acrílica standard.

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS: Para atender a demanda de consumo de água fria conforme cálculo, será instalado um reservatório de polietileno com capacidade de 500L para cada unidade. As tubulações de esgoto seguirão o sistema proposto pelo projeto de instalações hidrossanitárias. Haverá um conjunto de tratamento de esgoto para cada unidade (previsto somente em projeto). No ponto do chuveiro, deverá ser instalado pressurizador, conforme especificação de projeto, para garantir a pressão mínima de 1,20mca.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS: As instalações elétricas obedecerão às normas da ABNT e da concessionária de energia local. Os quadros de distribuição internos possuirão circuitos separados, sendo estes divididos entre iluminação, tomadas, tomadas especiais e chuveiro.

SERVIÇOS FINAIS: Após a conclusão dos serviços, a obra será limpa, os entulhos totalmente removidos, em perfeitas condições para receber o Habite-se.

**WANDER WILMO
GOMES PEREIRA
JUNIOR:04577038307**

Assinado de forma digital por
WANDER WILMO GOMES
PEREIRA JUNIOR:04577038307
Dados: 2025.09.05 11:56:01
-03'00'

Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice B - PO - Planilha Orçamentária

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO		Nº Transferência		PROPOLENTE / TOMADOR		APELIDO DO EMPREENDIMENTO				
0				PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACU/MA		Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50				
LOCALIDADE SINAPI		DATA BASE		DESCRIÇÃO DO LOTE		MUNICÍPIO / UF				
(NID: Referência 05-)		05-aa (N.DES.)		CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		PREFEITURA MUNICIPAL DE				
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES				
				RECUPERAR FÓRMULAS		BUSCAR CÓDIGO				
						Considerar valores arredondados com (0,00)				
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18										
Item	Fonte	Código	Descrição		Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES										
1.			CASA TERRELA ACESSIVEL, 2 QUARTOS, AUTIL=47,46M²						-	-
1.1.			ADMINISTRAÇÃO LOCAL						-	-
-	Composição	00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		UN	20.00	-	BDI 1	-	-
1.2.			SERVIÇOS PRELIMINARES						-	-
-	SINAPI	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA AF. 03/2024		M2	4.000,00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	99059	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES AF. 03/2024		M	758.00	-	BDI 1	-	-
1.3.			FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES						-	-
1.3.1.			FUNDAÇÕES						-	-
-	SINAPI	96521	ESCAVAÇÃO MECANIZADA PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA COM RETROESCAVADEIRA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS) AF. 01/2024		M3	174.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	101616	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL) AF. 08/2020		M2	93.60	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF. 01/2024		M2	93.60	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	96535	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES AF. 01/2024		M2	291.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104919	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM AF. 01/2024		KG	1.014,00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104917	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM AF. 01/2024		KG	534.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM AF. 01/2024		KG	256.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	96556_ADP-01	CONCRETAGEM DE SAPATA, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.		M3	28.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO AF. 08/2023		M3	141.80	-	BDI 1	-	-
1.3.2.			BALDRAMES						-	-
-	SINAPI	96527	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA VIGA BALDRAME OU SAPATA CORRIDA (INCLUINDO ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÓRMAS) AF. 01/2024		M3	109.20	-	BDI 1	-	-

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO		Nº Transferência		PROponente / TOMADOR		APELIDO DO EMPREENDIMENTO					
				PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACU/MA		Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI		DATA BASE		DESCRIÇÃO DO LOTE		MUNICÍPIO / UF		BDI 1	BDI 2	BDI 3	
(NID: Referência 05-)		05-aa (N.DES.)		CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		PREFEITURA MUNICIPAL DE		020%	000%	000%	
ADICIONAR LINHAS	EXCLUIR LINHAS	FIXAR DESCRIÇÕES	PADRONIZAR UNIDADES	RECUPERAR FÓRMULAS	BUSCAR CÓDIGO	Considerar valores arredondados com (0,00)					
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18											
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES											-
-	SINAPI	96619	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF. 01/2024			M2	136.60	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	96536	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF. 01/2024			M2	571.60	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104918	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024			KG	1,608.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104917	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024			KG	154.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104916	ARMAÇÃO DE SAPATA ISOLADA, VIGA BALDRAME E SAPATA CORRIDA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF. 01/2024			KG	780.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	96555_ADP-01	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 20 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.			M3	38.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	93382	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF. 09/2023			M3	64.20	-	BDI 1	-	-
1.3.3. IMPERMEABILIZAÇÃO											-
-	SINAPI	87878	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF. 10/2022			M2	679.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	98562	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, E = 1,5CM. AF. 09/2023			M2	679.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	98557	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS. AF. 09/2023			M2	679.00	-	BDI 1	-	-
1.4. SUPRAESTRUTURA											-
1.4.1. PILARES, VIGAS E LAJES											-
-	SINAPI	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2020			M2	287.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	92463_ADP-01	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, SEM ESCORAMENTO, PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES.			M2	410.80	-	BDI 1	-	-

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransfereGOV 0		PROponente / TOMADOR 0/PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)		DATA BASE 05-aa (N DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FORMULAS		BUSCAR CÓDIGO	
Considerar valores arredondados com (0,00)										REC	
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18											
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES											-
-	SINAPI	92463	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, ESCORAMENTO COM GARFO DE MADEIRA, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 8 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020			M2	82,60	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	92759	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022			KG	1,408.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	92760	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022			KG	300.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	92761	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022			KG	1,306.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	92762	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022			KG	1,712.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	101963	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM CERÂMICA, VIGOTA CONVENCIONAL, ALTURA TOTAL DA LAJE (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_11/2020			M2	115,40	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	103669_ADP-01	CONCRETAGEM DE PILARES, FCK = 20 MPa, COM USO DE BALDES - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.			M3	25,60	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	103682_ADP-01	CONCRETAGEM DE VIGAS E LAJES, FCK=20 MPa, PARA QUALQUER TIPO DE LAJE COM BALDES EM EDIFICAÇÃO TERRELA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO.			M3	35,60	-	BDI 1	-	R
1.5.			PAREDES E PAINÉIS							-	-
1.5.1.			ALVENARIA/FECHAMENTOS							-	-
-	SINAPI	103356	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X29 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021			M2	1,730.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	105024	VERGA PRÉ-MOLDADA PARA PORTAS COM ATÉ 1,5 M DE VÃO. AF_03/2016			M	324.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	105030	CONTRAVERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE *10" CM. AF_03/2024			M	184.00	-	BDI 1	-	R
1.5.2.			ESQUADRIAS METÁLICAS							-	-
-	SINAPI	91338	PORTA DE ALUMÍNIO DE ABRIR COM LAMBRI, COM GUARNIÇÃO, FIXAÇÃO COM PARAFUSOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			M2	67,20	-	BDI 1	-	R

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransfereGOV		PROponente / TOMADOR 0/PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50								
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)		DATA BASE 05-aa (N DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%				
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FORMULAS		BUSCAR CÓDIGO		Considerar valores arredondados com (0,00)		
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18														
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)			
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES													-	
-	SINAPI	94570	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS, COM VIDROS, BATENTE, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE E FERRAGENS. EXCLUSIVE ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			M2	52.00	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	94572	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 3 FOLHAS (2 VENEZIANAS E 1 FOLHA PARA VIDRO/VIDRO INCLUSO), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, SEM ACABAMENTO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024			M2	56.00	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	94569	JANELA DE ALUMÍNIO TIPO MAXIM-AR, COM VIDROS, BATENTE E FERRAGENS, EXCLUSIVE ALIZAR, ACABAMENTO E CONTRAMARCO, FIXAÇÃO COM PARAFUSO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024			M2	9.60	-	BDI 1	-	-			
1.5.3.		ESQUADRIAS DE MADEIRAS											-	
-	SINAPI	91314	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MEDIA), PADRÃO POPULAR, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019			UN	60.00	-	BDI 1	-	-			
1.6.		COBERTURA E PROTEÇÕES											-	
-	SINAPI	92541	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019 (ÁREA DE PROJEÇÃO DO TELHADO)			M2	1,469.80	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	94447	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PAULISTA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019 (ÁREA DE PROJEÇÃO DO TELHADO)			M2	1,469.80	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	102233	PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021			M2	2,076.00	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	94232	AMARRAÇÃO DE TELHAS CERÂMICAS OU DE CONCRETO. AF_07/2019			UN	10,520.00	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	94221	CUMEIRA PARA TELHA CERÂMICA EMBOCADA COM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:9 (CIMENTO, CAL E AREIA) PARA TELHADOS COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019			M	213.00	-	BDI 1	-	-			
-	SINAPI	92548	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 6 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019			UN	80.00	-	BDI 1	-	-			

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº Transferência:GOV/PROPOLENTE / TOMADOR 01PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)		DATA BASE 05-aa (N.DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS	FIXAR DESCRIÇÕES	PADRONIZAR UNIDADES	RECUPERAR FÓRMULAS	BUSCAR CÓDIGO			
						Considerar valores arredondados com (0,00)			
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18									
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES									
1.7.			REVESTIMENTOS					-	-
1.7.1.			REVESTIMENTOS INTERNOS					-	-
-	SINAPI	87879	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L AF_10/2022	M2	2,722.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87882	CHAPISCO APLICADO NO TETO OU EM ALVENARIA E ESTRUTURA, COM ROLO PARA TEXTURA ACRÍLICA. ARGAMASSA TRAÇO 1:4 E EMULSÃO POLIMÉRICA (ADESIVO) COM PREPARO EM BETONEIRA 400L AF_10/2022	M2	88.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87545	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS, PARA AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	469.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87547	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	1,601.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104958	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	651.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	90408	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM TETO, E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	88.80	-	BDI 1	-	-
1.7.2.			REVESTIMENTOS CERÂMICOS					-	-
-	SINAPI	87267	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS A MEIA ALTURA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	393.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87265	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES INTERNAS COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 20X20 CM APLICADAS NA ALTURA INTEIRA DAS PAREDES. AF_02/2023_PE	M2	76.80	-	BDI 1	-	-
1.7.3.			REVESTIMENTOS EXTERNOS					-	-
-	SINAPI	87905	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L AF_10/2022	M2	607.00	-	BDI 1	-	-

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransferênciaGOV PROponente / Tomador 0PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06-)		DATA BASE 05-aa (N.DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS	FIXAR DESCRIÇÕES	PADRONIZAR UNIDADES	RECUPERAR FÓRMULAS	BUSCAR CÓDIGO			
Considerar valores arredondados com (0,00)									
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18									
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES									
-	SINAPI	87894	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L AF_10/2022	M2	609.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87792	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃOS), ESPESURA DE 25 MM. AF_08/2022	M2	609.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87775	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, ESPESURA DE 25 MM AF_08/2022	M2	607.00	-	BDI 1	-	-
1.7.4.			FORROS					-	-
-	SINAPI	96111	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS (NÃO É NECESSÁRIO ACABAMENTO)	M2	718.00	-	BDI 1	-	-
1.8.			PINTURA					-	-
1.8.1.			PINTURAS INTERNAS					-	-
-	SINAPI	88485	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	2.252.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	88484	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	88.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104640	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023 (PINTURA TETO - LAJE DO RESERVATÓRIO)	M2	88.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	2.252.20	-	BDI 1	-	-
1.8.2.			PINTURAS EXTERNAS					-	-
-	SINAPI	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS. AF_03/2024 (PINTURA PAREDES)	M2	1.216.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104642	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA STANDARD, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023 (PINTURA PAREDES)	M2	1.216.00	-	BDI 1	-	-
1.8.3.			PINTURA ESQUADRIAS					-	-
-	SINAPI	102193	LIXAMENTO DE MADEIRA PARA APLICAÇÃO DE FUNDO OU PINTURA. AF_01/2021	M2	420.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	102198_ADP-01	PINTURA FUNDO NIVELADOR ACRÍLICO BRANCO EM MADEIRA.	M2	420.00	-	BDI 1	-	-

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransferênciaGOV/PROponente / TOMADOR 01PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUMÉ/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50							
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06-)		DATA BASE 05-aa (N DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FÓRMULAS		BUSCAR CÓDIGO	
Considerar valores arredondados com (0,00)											
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18											
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES											
-	SINAPI	102219	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021			M2	420.00	-	BDI 1	-	-
1.9.			PAVIMENTAÇÕES							-	-
1.9.1.			CERÂMICA							-	-
-	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF. 09/2021			M2	1,077.40	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	100322	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.3), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 10 CM. AF. 01/2024			M3	107.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	97087	CAMADA SEPARADORA PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, EM LONA PLÁSTICA. AF. 09/2021			M2	1,077.40	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	95241	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER, ESPESSURA DE 5 CM. AF. 01/2024			M2	1,077.40	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87745	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF. 07/2021			M2	302.60	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87630	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF. 07/2021			M2	643.80	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87247	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5 M2 E 10 M2. AF. 02/2023, PE			M2	336.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87248	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF. 02/2023, PE			M2	382.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	87246	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5 M2. AF. 02/2023, PE			M2	259.60	-	BDI 1	-	-
1.9.2.			CIMENTADOS							-	-
-	SINAPI	97084	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA. AF. 09/2021 (CALÇADA EM VOLTA DA EDIFICAÇÃO)			M2	323.00	-	BDI 1	-	-

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº Transferência		GOV/PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁÇUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50							
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)		DATA BASE 05-aa (N DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%			
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FORMULAS		BUSCAR CÓDIGO		Considerar valores arredondados com (0,00)	
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18													
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)		
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES													-
-	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF. 08/2022			M3	22.60	-	BDI 1	-	-	R\$	
1.9.3.			RODAPÉS, SOLEIRAS E PEITORIS							-	-	R\$	
-	SINAPI	98695	SOLEIRA EM MARMORE, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM. AF. 09/2020			M	50.40	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	88648	RODAPÉ CERÂMICO DE 7CM DE ALTURA COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35CM. AF. 02/2023			M	774.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	101965	PEITORIL LINEAR EM GRANITO OU MARMORE, L = 15CM, COMPRIMENTO DE ATÉ 2M, ASSENTADO COM ARGAMASSA 1:6 COM ADITIVO. AF. 11/2020			M	130.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
1.10.			INSTALAÇÕES							-	-	R\$	
1.10.1.			ELETRICAS / TELEFÔNICAS							-	-	R\$	
-	SINAPI	93653	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020			UN	40.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	93654	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020			UN	20.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	93656	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020			UN	20.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	93659	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020			UN	20.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	93674_ADP-01	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DR, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.			UN	40.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	101493	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, MONOFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 10 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF. 07/2020, PS			UN	20.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	101873_ADP-01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PRESSURIZADOR ACOPLADO AO CHUVEIRO (TENSÃO: 220V - PRESSÃO MÍNIMA: 0,7MCA / PRESSÃO MÁXIMA: 2,5MCA - ENTRADA 1/2" / SAÍDA 1/2")			UN	20.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
1.10.2.			ILUMINAÇÃO, TOMADAS E INTERRUPTORES							-	-	R\$	
-	SINAPI	103782	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 09/2024			UN	140.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	97610	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 09/2024			UN	140.00	-	BDI 1	-	-	R\$	
-	SINAPI	91953	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 03/2023			UN	100.00	-	BDI 1	-	-	R\$	

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransfereGOV/PROponente / TOMADOR 0 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUMÉ/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50									
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06-)		DATA BASE 05-aa (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%					
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FÓRMULAS		BUSCAR CÓDIGO		Considerar valores arredondados com (0,00)	
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18													
Item	Fonte	Código	Descrição				Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES													
-	SINAPI	91959	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	200.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91996	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	120.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91993	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91985	INTERRUPTOR PULSADOR CAMPAINHA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91987	CAMPAINHA CIGARRA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91947_ADP-01	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS E INTERRUPTORES				UM	40.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91941	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" BAIXA (0,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	240.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91940	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	260.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91939	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	40.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91937	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				UN	140.00	-	BDI 1	-	-	
1.10.3.			FIOS E CABOS								-	-	
-	SINAPI	91924	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				M	1,958.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				M	5,176.00	-	BDI 1	-	-	
-	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				M	496.00	-	BDI 1	-	-	

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransfereGOV PROPOLENTE / TOMADOR 0 PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUMÉ/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06-)		DATA BASE 05-aa (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS	FIXAR DESCRIÇÕES	PADRONIZAR UNIDADES	RECUPERAR FÓRMULAS	BUSCAR CÓDIGO			
						Considerar valores arredondados com (0,00)			
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18									
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES									
-	SINAPI	101884	CABO DE COBRE ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, INSTALADO EM ELETROCALHA OU PERFILADO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	518.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	92980	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA DISTRIBUIÇÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	M	166.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	91834	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	894.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	91854	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1,166.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	91845	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	441.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	90447	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	M	1,166.00	-	BDI 1	-	-
1.10.4.									
-	SINAPI	90373	HIDRÁULICAS / GÁS / INCENCIO						
-	SINAPI	90373	JOELHO 90 GRAUS COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 1/2" INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	140.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	160.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89395	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	80.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89383	ADAPTADOR CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4", INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	160.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89446	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	102.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89356	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	174.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	CPU-01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PRESSURIZADOR ACOPLADO AO CHUVEIRO (TENSÃO: 220V - PRESSÃO MÍNIMA 0,7MCA / PRESSÃO MÁXIMA: 2,5MCA - ENTRADA 1/2" / SAÍDA 1/2")	UN	20.00	-	BDI 1	-	-
1.10.5.									
REGISTROS									

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransferênciaGOV 0		PROPONETE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 05-)		DATA BASE 05-aa (N.DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FÓRMULAS		BUSCAR CÓDIGO	
Considerar valores arredondados com (0,00)											
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18											
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES											-
-	SINAPI	89985	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89987	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021			UN	60.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	94490	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 32 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021			UN	40.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	86885	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020			UN	80.00	-	BDI 1	-	-
1.10.6.											-
-	SINAPI	97741	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA INDIVIDUALIZADA, EM PVC 25 MM (3/4") PARA 1 MEDIDOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO). AF_03/2024			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104994_ADP-01	CAIXA DE EMBUTIR EM POLICARBONATO PARA ABRIGO DE HIDRÔMETRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (EXCLUSIVE HIDRÔMETRO).			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89353	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89402	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			M	135.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89446	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			M	60.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			UN	40.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89440	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022			UM	20.00	-	BDI 1	-	-
1.10.7.											-
-	SINAPI	102605	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_09/2021			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	102591	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 25 MM. AF_09/2021			UN	20.00	-	BDI 1	-	-

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº Transferência		PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACU/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50							
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)		DATA BASE 05-aa (N.DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%		BDI 2 000%		BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FÓRMULAS		BUSCAR CÓDIGO		Considerar valores arredondados com (0,00)	
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18													
Item	Fonte	Código	Descrição				Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES													
-	SINAPI	102593	FURO EM CAIXA D'ÁGUA COM ESPESSURA DE 2 ATÉ 5 MM E DIÂMETRO DE 32 MM. AF_09/2021				UN	40.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	94703	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM X 3/4", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	94704	ADAPTADOR COM FLANGE E ANEL DE VEDAÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM X 1", INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024				UN	40.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	94796	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89408	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				UN	160.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89413	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				UN	80.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89414	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	103953	BUCHA DE REDUÇÃO, CURTA, PVC, SOLDÁVEL, DN 32 X 25 MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				UN	40.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89443	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				UN	60.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89445	TE DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				UN	20.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89402	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				M	88.00	-	BDI 1	-	-	-
-	SINAPI	89403	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022				M	211.00	-	BDI 1	-	-	-
1.10.8.			SANITÁRIAS / PLUVIAL								-	-	-

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº TransferênciaGOV 0		PROPOSTANTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACUMÉ/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06-)		DATA BASE 05-aa (N.DES.)		DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES		MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE		BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%	
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS		FIXAR DESCRIÇÕES		PADRONIZAR UNIDADES		RECUPERAR FÓRMULAS		BUSCAR CÓDIGO	
Considerar valores arredondados com (0,00)											
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18											
Item	Fonte	Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES											-
-	SINAPI	89726	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	60.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89732	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	40.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89724	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	40.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89731	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	180.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89744	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89784	TE, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104345	JUNÇÃO DE REDUÇÃO INVERTIDA, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	104348	TERMINAL DE VENTILAÇÃO, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF. 08/2022			UN	20.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89711	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			M	67.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89712	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			M	204.20	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89798	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF. 08/2022			M	80.00	-	BDI 1	-	-
-	SINAPI	89714	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022			M	676.00	-	BDI 1	-	-

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0		Nº Transferência GOV/PROPOSTANTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA		APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50					
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)		DATA BASE 05-aa (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE	BDI 1 020%	BDI 2 000%	BDI 3 000%		
ADICIONAR LINHAS		EXCLUIR LINHAS	FIXAR DESCRIÇÕES	PADRONIZAR UNIDADES	RECUPERAR FÓRMULAS	BUSCAR CÓDIGO		Considerar valores arredondados com (0,00)	
Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18									REC
Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES									
1.10.8. ACESSÓRIOS/CAIXAS									
-	SINAPI	97902	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X0,6X0,6 M PARA REDE DE ESGOTO. AF. 12/2020	UN	100.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	89707	CAIXA SIFONADA, PVC, DN 100 X 100 X 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDA E INSTALADA EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	104327	RALO SIFONADO REDONDO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	104326	RALO SECO CÔNICO, PVC, DN 100 X 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU EM RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF. 08/2022	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	98107	CAIXA DE GORDURA SIMPLES (CAPACIDADE: 36L), RETANGULAR, EM ALVENARIA COM TJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS = 0,2X0,4 M, ALTURA INTERNA = 0,8 M. AF. 12/2020	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
1.11. APARELHOS, METAIS E BANCADAS									
-	SINAPI	86931	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, INCLUSO ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 01/2020	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	86943	LAVATÓRIO LOUÇA BRANCA SUSPENSÃO, 29,5 X 39CM OU EQUIVALENTE, PADRÃO POPULAR, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA E ENGATE FLEXÍVEL 30CM EM PLÁSTICO E TORNEIRA CROMADA DE MESA, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 01/2020	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	86934	BANCADA DE MARMORE SINTÉTICO 120 X 60CM, COM CUBA INTEGRADA, INCLUSO SIFÃO TIPO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA E TORNEIRA CROMADA LONGA, DE PAREDE, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 01/2020	M2	14.40	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	86925	TANQUE DE MARMORE SINTÉTICO COM COLUNA, 22L OU EQUIVALENTE, INCLUSO SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC, VÁLVULA PLÁSTICA E TORNEIRA DE METAL CROMADO PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 01/2020	UN	20.00	-	BDI 1	-	R
-	SINAPI	100860	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 01/2020	UN	20.00	-	BDI 1	-	R

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - (SELECIONAR)

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº Transferência GOV	PROponente / TOMADOR G/PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACATUMÉ/MA	Apelido do Empreendimento Minha Casa, Minha Vida - MCMV FHHIS Sub 50
LOCALIDADE SINAPI (N/D: Referência 06)	DATA BASE (05-aa (N.DES.))	DESCRIÇÃO DO LOTE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE
ADICIONAR LINHAS	EXCLUIR LINHAS	FIXAR DESCRIÇÕES	PADRONIZAR UNIDADES
RECUERAR FÓRMULAS	BUSCAR CÓDIGO	Considerar valores arredondados com (0,00)	

Falta preencher o Custo Unitário (coluna U) na Linha 18

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES										
-	SINAPI	95546	KIT DE ACESSÓRIOS PARA BANHEIRO EM METAL CROMADO, 5 PECAS, INCLUSO FIXAÇÃO. AF. 01/2020	UN	20.00	-	BDI 1	-	-	RA
1.12.	SINAPI	99818	COMPLEMENTAÇÕES	UN	20.00	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99819	LIMPEZA DE BACIA SANITÁRIA, BIDÊ OU MICTÓRIO EM LOUÇA, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF. 04/2019	M2	14.40	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99821	LIMPEZA DE JANELA DE VIDRO COM CAIXILHO EM AÇO ALUMÍNIO/PVC. AF. 04/2019	M2	323.00	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99826	LIMPEZA DE FORRO REMOVÍVEL COM PANO ÚMIDO. AF. 04/2019	M2	718.00	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99821	LIMPEZA DE JANELA DE VIDRO COM CAIXILHO EM AÇO ALUMÍNIO/PVC. AF. 04/2019	M2	80.00	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99804	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF. 04/2019	M2	949.20	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99822	LIMPEZA DE PORTA DE MADEIRA. AF. 04/2019	M2	336.00	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99807	LIMPEZA DE REVESTIMENTO CERÂMICO EM PAREDE UTILIZANDO DETERGENTE NEUTRO E ESCOVAÇÃO MANUAL. AF. 04/2019	M2	318.40	-	BDI 1	-	-	RA
-	SINAPI	99816	LIMPEZA DE TANQUE OU LAVATÓRIO DE LOUÇA ISOLADO, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF. 04/2019	UN	40.00	-	BDI 1	-	-	RA

Encargos sociais: [Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.]

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.

Símbolos da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida, RP - 100% Repasse, CP - 100% Contrapartida, OU - 100% Outros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACATUMÉ/MA
Local
Saturday, April 26, 2025
Data

Responsável Técnico
Nome: Wander wilmo gomes pereira junior
CREA/CAU 045.77.038.30-7
ART/RRT: ma2025

Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice C - Quadro de Composição do BDI

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50 / CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100.00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5.00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3.00%
Seguro e Garantia	SG	0.80%
Risco	R	0.97%
Despesas Financeiras	DF	0.59%
Lucro	L	4.31%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3.65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	5.00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	0.00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20.34%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/
Local

Saturday, April 26, 2025
Data

Responsável Técnico

Nome: Wander wilmo gomes pereira junior
CREA/CAU 045.77.038.30-7

Secretaria Municipal de Assistência Social

CAIXA

Quadro de Composição do BDI

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO	Nº TRANSFEREGOV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAÇUMÉ/MA

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50 / CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100.00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5.00%

ART/RRT: ma2025

Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice D - Cronograma Previsto PLE

CAIXA **CRONOGRAMA PREVISTO PLE** Grau de Siglo #PUBLICO

PROponente / Tomador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA Nº Operação: 0 Nº TransfereGOV: 0 APELIDO EMPREENDIMENTO: Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50

1. Selecione o Título do Evento da Administração Local:
1. **ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

2. Digite nas células em amarelo o número do período em que os eventos serão concluídos:

MENU **EVENTOS** **PLQ** **CFF** **ATUALIZAR LINHAS**

Nº do Evento	Título dos Eventos	HABITACIONAL 01.01	HABITACIONAL 01.02	HABITACIONAL 01.03	HABITACIONAL 01.04	HABITACIONAL 01.05	HABITACIONAL 01.06	HABITACIONAL 01.07	HABITACIONAL 01.08	HABITACIONAL 01.09	HABITACIONAL 01.10	HABITACIONAL 01.11	HABITACIONAL 01.12	HABITACIONAL 01.13	HABITACIONAL 01.14	HABITACIONAL 01.15	HABITACIONAL 01.16	HABITACIONAL 01.17	HABITACIONAL 01.18	HABITACIONAL 01.19	HABITACIONAL 01.20	21	22	23	24	25
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL																									
2	SERVIÇOS PRELIMINARES																									
3	FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES																									
4	SUPRAESTRUTURA																									
5	PAREDES E PAINÉIS																									
6	COBERTURA E PROTEÇÕES																									
7	REVESTIMENTOS																									
8	PINTURA																									
9	PAVIMENTAÇÕES																									
10	INSTALAÇÕES																									
11	APARELHOS, METAIS E BANICADAS																									
12	COMPLEMENTAÇÕES																									

Cronograma		Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Parcela	%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Acumulado	R\$	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Administração Local	%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACACUME/MA
Local
Faturado: Saturday, April 26, 2025
Data

Responsável Técnico
Nome: Wander wilmo gomes pereira junior
CREA/CAU: 045.77.038.30-7
ART/RRT: ma2025

[illegible]

Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice F - QCI - Quadro de Composição do Investimento

CAIXA QCI - Quadro de Composição do Investimento

Grau de Sigilo: #PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 0	Nº TransfereGov 0	PROponente / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACUMÉ/MA	MUNICÍPIO / UF PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACUMÉ	VALORES CONTRATADOS (R\$):			
APELIDO DO EMPREENDIMENTO Minha Casa, Minha Vida - MCMV FNHIS Sub 50				RECURSO (SELECIONAR)	REPASSE 2.800.000,00	CONTRAPARTIDA/INVESTIMENTO 0,00	2.800.000,00

MEN DADOS ADICIONAR LINHAS EXCLUIR LINHAS

CP QCI = CP CONTRATO Saldo a Reprogramar Repasse (R\$) 2.800.000,00 Contrapartida (R\$) -

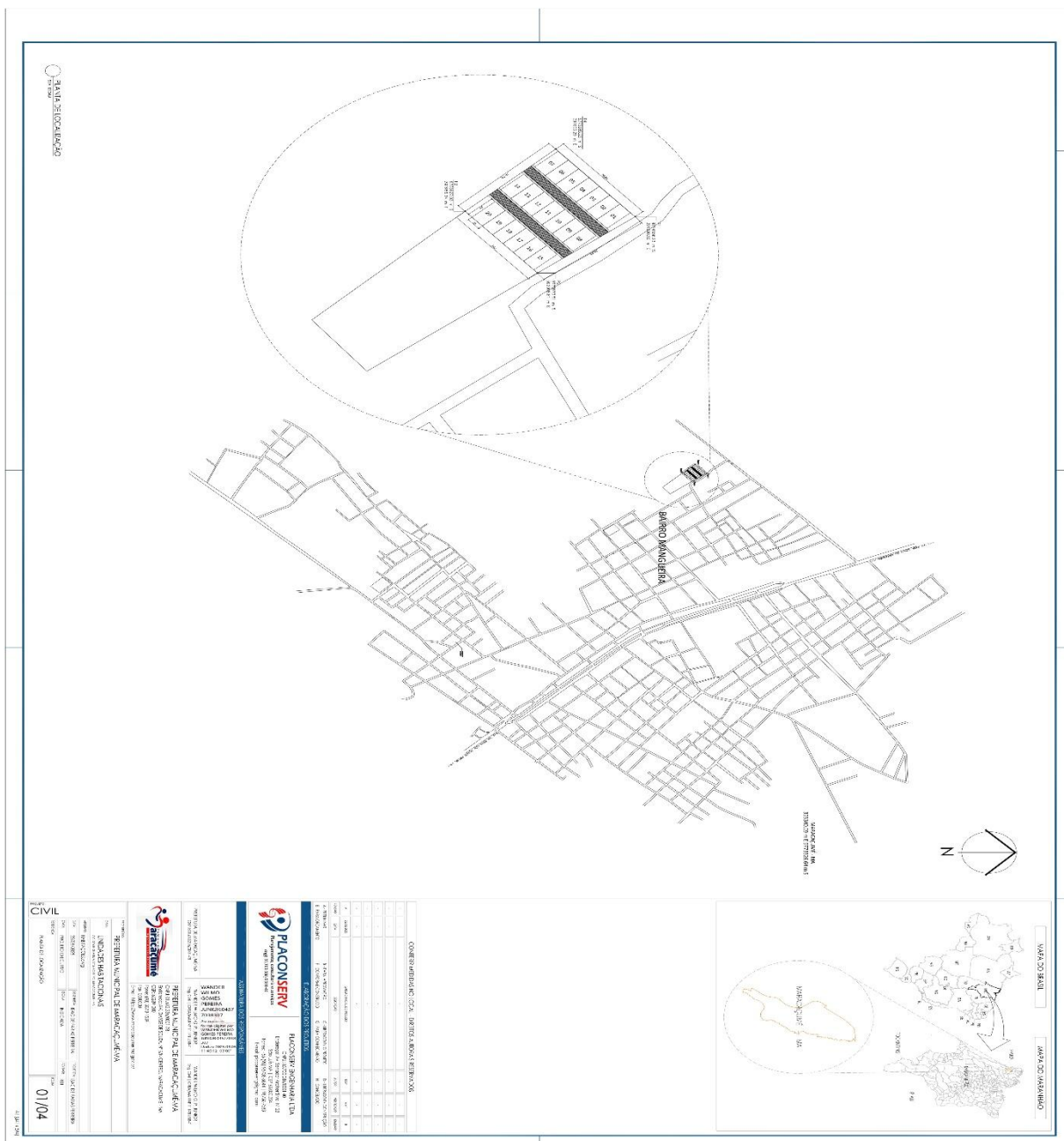
Para inclusão de metas de outras Plan. Mult., digite a descrição e valores manualmente ao lado.

Meta	Item de Investimento	Subitem de Investimento	Descrição da Meta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº do CTEF	Repasse (R\$)	Contrapartida Financeira (R\$)	Outros (R\$)	Investimento (R\$)
1.	Unidades habitacionais	Construção	CASA TERREIA ACESSIVEL, 2 QUARTOS, AUTIL=47,49M²	Em Análise	1,00	un	LOTE 1	-	-	-	-
TOTAL								(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)

Observações:

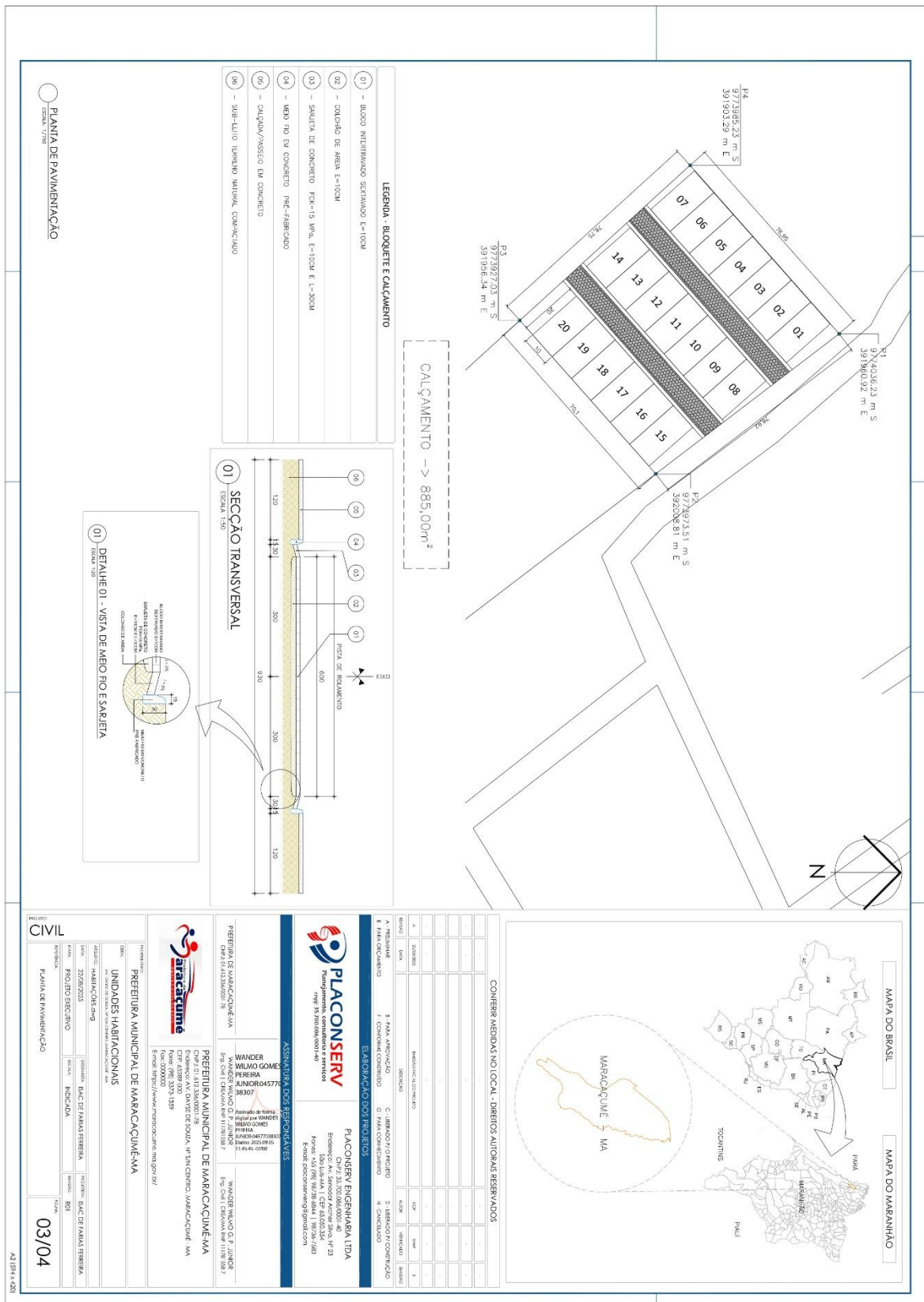
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACUMÉ/MA
Local _____
Saturday, April 26, 2025
Data _____

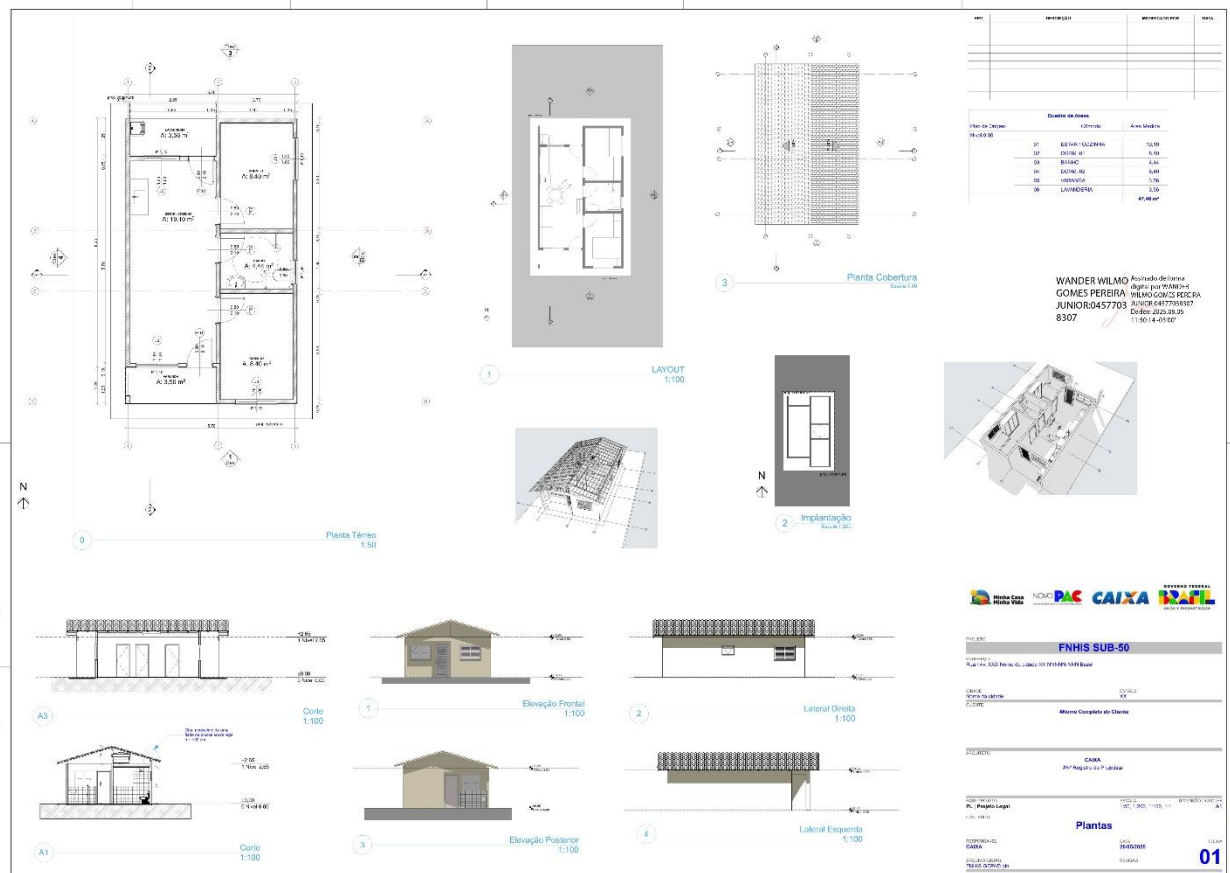
Representante Tomador
Nome: RUZINALDO GUIMARÃES DE MELO
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL



Secretaria Municipal de Assistência Social

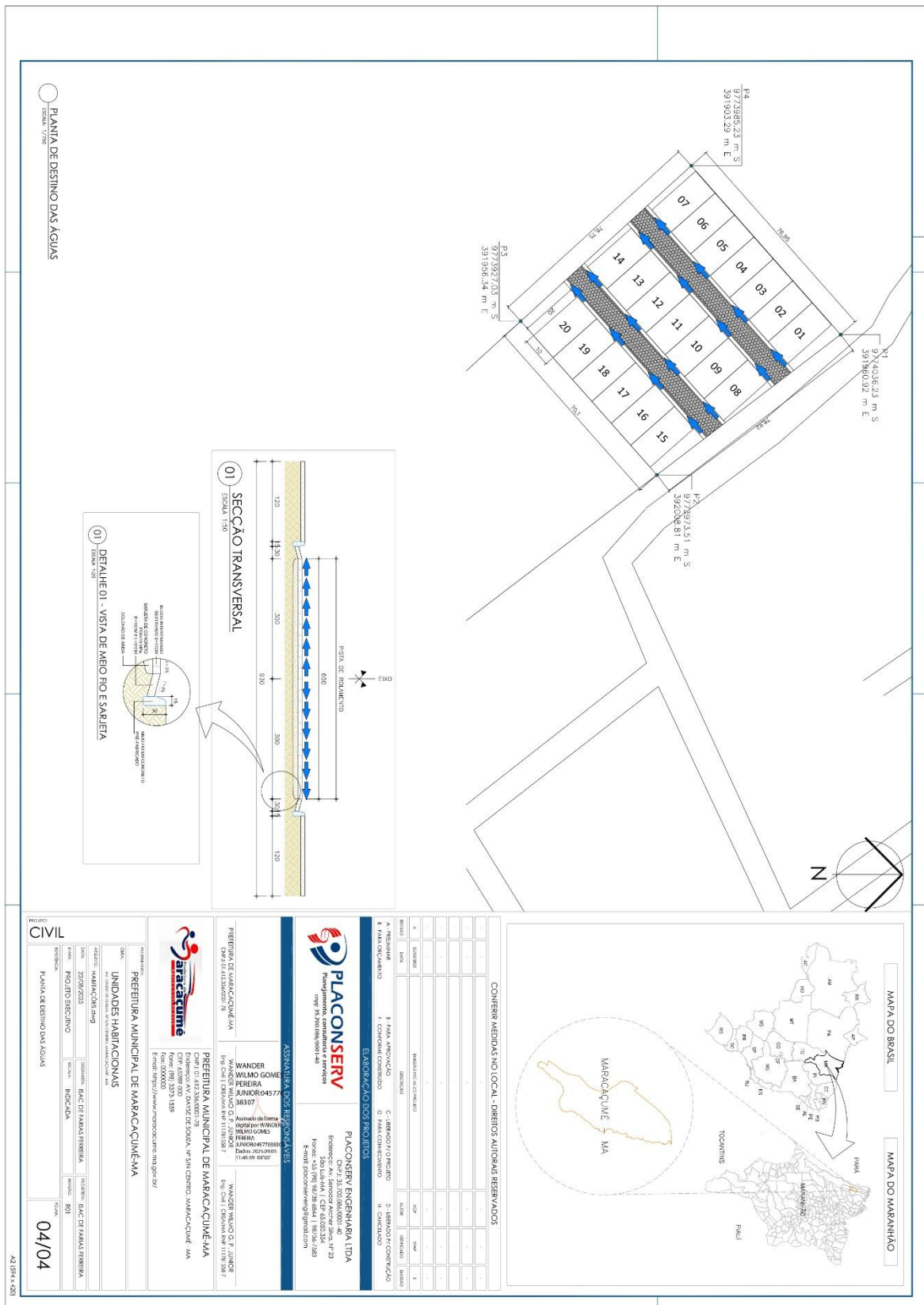
Apêndice H - Pavimentação





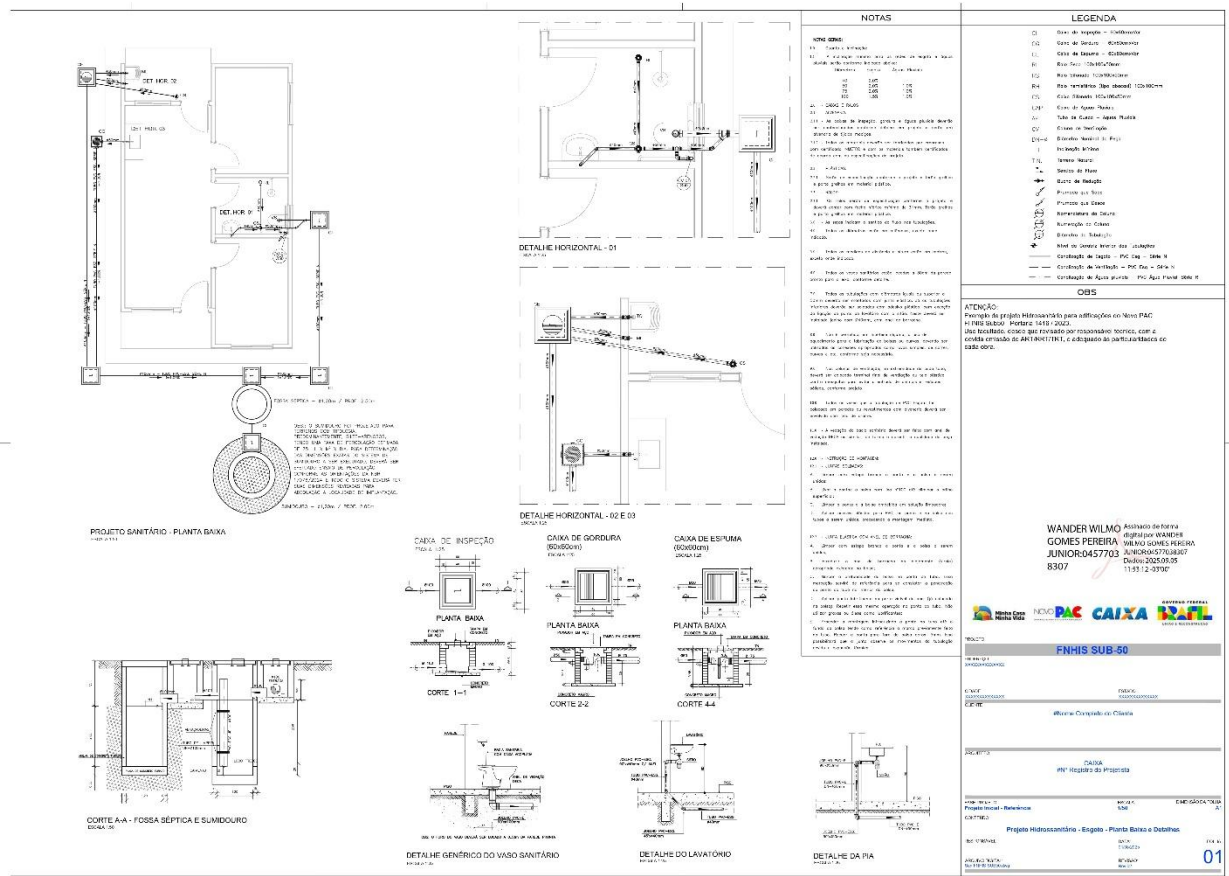
Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice J - Destino das Águas



Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice K - Plantas



WANDER WILMO Analista de Honorário
GOMES PEREIRA Engenheiro WANDER
 JUNIOR 0457703 0457703/0457703
 8307 11912-9397

FNHIS SUB 50
 Projeto Hidro-sanitário - Engenheiro - Planta Baixa e Detalhes

01

[illegible]

Secretaria Municipal de Assistência Social

<p>PROJETO DE ARMADURAS PARA O TETO DO NOVO PAC FHNIS</p> <p>ARMADURA POSITIVA DAS LAJES DO PAVIMENTO NÍVEL 1 TETO</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>PLANTA DE VIGOTAS PRÉ-MOLDADAS</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>ATENÇÃO:</p> <p>Exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Este projeto é um exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Uso facultado desde que enviado por responsável técnico, com a</p> <p>devida emissão de ATTESTAMENTO, e adaptado às particularidades de</p> <p>cada caso.</p> <p>CAIXA</p> <p>Projeto estrutural exemplo, de uso facultado, conforme autorização em lei.</p> <p>Novo PAC FHNIS Sub50</p> <p>PROJETO ESTRUTURAL</p> <p>PLANTA DE ARMADURAS</p> <p>NÍVEL 1 TETO</p> <p>Desenho: xxx</p> <p>Escala: Indica</p> <p>Revisão: 01</p> <p>Assinado: 01</p> <p>03/03</p> <p>WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Assinado de forma digital por WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Dados: 2025.09.05 11:51:41 -03'00'</p> <p>8307</p> <p>PROJETO DE ARMADURAS PARA O TETO DO NOVO PAC FHNIS</p> <p>ARMADURA POSITIVA DAS LAJES DO PAVIMENTO NÍVEL 1 TETO</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>PLANTA DE VIGOTAS PRÉ-MOLDADAS</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>ATENÇÃO:</p> <p>Exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Este projeto é um exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Uso facultado desde que enviado por responsável técnico, com a</p> <p>devida emissão de ATTESTAMENTO, e adaptado às particularidades de</p> <p>cada caso.</p> <p>CAIXA</p> <p>Projeto estrutural exemplo, de uso facultado, conforme autorização em lei.</p> <p>Novo PAC FHNIS Sub50</p> <p>PROJETO ESTRUTURAL</p> <p>PLANTA DE ARMADURAS</p> <p>NÍVEL 1 TETO</p> <p>Desenho: xxx</p> <p>Escala: Indica</p> <p>Revisão: 01</p> <p>Assinado: 01</p> <p>03/03</p> <p>WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Assinado de forma digital por WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Dados: 2025.09.05 11:51:41 -03'00'</p> <p>8307</p> <p>PROJETO DE ARMADURAS PARA O TETO DO NOVO PAC FHNIS</p> <p>ARMADURA POSITIVA DAS LAJES DO PAVIMENTO NÍVEL 1 TETO</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>PLANTA DE VIGOTAS PRÉ-MOLDADAS</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>ATENÇÃO:</p> <p>Exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Este projeto é um exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Uso facultado desde que enviado por responsável técnico, com a</p> <p>devida emissão de ATTESTAMENTO, e adaptado às particularidades de</p> <p>cada caso.</p> <p>CAIXA</p> <p>Projeto estrutural exemplo, de uso facultado, conforme autorização em lei.</p> <p>Novo PAC FHNIS Sub50</p> <p>PROJETO ESTRUTURAL</p> <p>PLANTA DE ARMADURAS</p> <p>NÍVEL 1 TETO</p> <p>Desenho: xxx</p> <p>Escala: Indica</p> <p>Revisão: 01</p> <p>Assinado: 01</p> <p>03/03</p> <p>WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Assinado de forma digital por WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Dados: 2025.09.05 11:51:41 -03'00'</p> <p>8307</p>	<p>PROJETO DE ARMADURAS PARA O TETO DO NOVO PAC FHNIS</p> <p>ARMADURA POSITIVA DAS LAJES DO PAVIMENTO NÍVEL 1 TETO</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>PLANTA DE VIGOTAS PRÉ-MOLDADAS</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>ATENÇÃO:</p> <p>Exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Este projeto é um exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Uso facultado desde que enviado por responsável técnico, com a</p> <p>devida emissão de ATTESTAMENTO, e adaptado às particularidades de</p> <p>cada caso.</p> <p>CAIXA</p> <p>Projeto estrutural exemplo, de uso facultado, conforme autorização em lei.</p> <p>Novo PAC FHNIS Sub50</p> <p>PROJETO ESTRUTURAL</p> <p>PLANTA DE ARMADURAS</p> <p>NÍVEL 1 TETO</p> <p>Desenho: xxx</p> <p>Escala: Indica</p> <p>Revisão: 01</p> <p>Assinado: 01</p> <p>03/03</p> <p>WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Assinado de forma digital por WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Dados: 2025.09.05 11:51:41 -03'00'</p> <p>8307</p> <p>PROJETO DE ARMADURAS PARA O TETO DO NOVO PAC FHNIS</p> <p>ARMADURA POSITIVA DAS LAJES DO PAVIMENTO NÍVEL 1 TETO</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>PLANTA DE VIGOTAS PRÉ-MOLDADAS</p> <p>ESCALA 1:50</p> <p>ATENÇÃO:</p> <p>Exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Este projeto é um exemplo de projeto estrutural para edificação do Novo PAC FHNIS</p> <p>Uso facultado desde que enviado por responsável técnico, com a</p> <p>devida emissão de ATTESTAMENTO, e adaptado às particularidades de</p> <p>cada caso.</p> <p>CAIXA</p> <p>Projeto estrutural exemplo, de uso facultado, conforme autorização em lei.</p> <p>Novo PAC FHNIS Sub50</p> <p>PROJETO ESTRUTURAL</p> <p>PLANTA DE ARMADURAS</p> <p>NÍVEL 1 TETO</p> <p>Desenho: xxx</p> <p>Escala: Indica</p> <p>Revisão: 01</p> <p>Assinado: 01</p> <p>03/03</p> <p>WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Assinado de forma digital por WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR</p> <p>Dados: 2025.09.05 11:51:41 -03'00'</p> <p>8307</p>
---	---



Secretaria Municipal de Assistência Social

Apêndice M - ART CREA-MA

Página 1/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20250953116

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

1. Responsável Técnico

WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1117815587**

Registro: **1117815587MA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAÇUMÊ**

AVENIDA DEISE DE SOUZA

Complemento:

Cidade: **MARACAÇUMÊ**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MA**

CPF/CNPJ: **01.612.336/0001-78**

Nº: **S/N**

CEP: **65289000**

Contrato: **Não especificado**

Valor: **R\$ 2.800.000,00**

Ação Institucional: **Agricultura familiar**

Celebrado em:

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA DEISE DE SOUZA

Complemento:

Cidade: **MARACAÇUMÊ**

Data de Início: **18/08/2025**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAÇUMÊ**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MA**

Coordenadas Geográficas: **-2.046724, -45.962259**

Código: **Não Especificado**

Nº: **S/N**

CEP: **65289000**

CPF/CNPJ: **01.612.336/0001-78**

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
14 - Elaboração		
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	3.279,00	m²
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.1 - DE ALVENARIA	3.279,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.3 - DE APLICAÇÃO DE CONCRETO	120,00	m³
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.3 - DE APLICAÇÃO DE CONCRETO	120,00	m³
35 - Elaboração de orçamento > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	25,00	un
80 - Projeto > ELETROTÉCNICA > INSTALAÇÕES ELÉTRICAS > DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO > #11.10.1.2 - PARA FINS COMERCIAIS	25,00	un
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.4 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ÁGUA	25,00	un
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS > #1.4.4 - DE LIGAÇÃO INDIVIDUAL DE REDE DE ÁGUA	25,00	un
66 - Laudo > GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > SONDAGENS > DE SONDAGEM GEOTÉCNICA > #3.2.1.1 - A TRADO	1,00	un
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.1 - PARA FINS RESIDENCIAIS	25,00	un
80 - Projeto > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE ACESSIBILIDADE DE EDIFICAÇÃO > #1.1.3.1 - PARA FINS RESIDENCIAIS	25,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO, ORÇAMENTO E LAUDO DA CONSTRUÇÃO DA PROVISÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE MARACAÇUMÊ/MA

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004 e 9451/2018.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ma.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Ydc69
Impresso em: 03/09/2025 às 10:09:39 por: , ip: 45.190.121.45

www.creama.org.br
Tel: (98) 2106-8300

atendimento@creama.org.br
Fax: (98) 2106-8303



Secretaria Municipal de Assistência Social

Página 2/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20250953116

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

INICIAL

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____ de _____ de _____
Local data



Documento assinado eletronicamente
com credenciais de login e senha

WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR

RNP: 1117815587

Data: 03/09/2025 10:09:39

WANDER WILMO GOMES PEREIRA JUNIOR - CPF: ***.770.383-**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAÇUMÉ - CNPJ: 01.612.336/0001-78

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 271,47** Registrada em: **22/08/2025** Valor pago: **R\$ 271,47** Nosso Número: **8306506264**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ma.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Ydc69
Impresso em: 03/09/2025 às 10:09:39 por: , ip: 45.190.121.45

www.creama.org.br
Tel: (98) 2106-8300

atendimento@creama.org.br
Fax: (98) 2106-8303

